

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Fernanda Vieira Alves de Andrade

Enfrentar é Complexo:

iniciativas locais frente à política de morte no Complexo da Maré

Rio de Janeiro

2021

Fernanda Vieira Alves de Andrade

Enfrentar é Complexo:

iniciativas locais frente à política de morte no Complexo da Maré

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marize Bastos da Cunha.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Juliana de Farias Mello e Lima.

Rio de Janeiro

2021

Título do trabalho em inglês: Confronting is complex: local initiatives against the politics of death in the Complexo da Maré.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A553e Andrade, Fernanda Vieira Alves de.
Enfrentar é Complexo: iniciativas locais frente à política de morte no Complexo da Maré / Fernanda Vieira Alves de Andrade. -- 2021.
85 f. : il. color. ; mapas

Orientadora: Marize Bastos da Cunha.
Coorientadora: Juliana de Farias Mello e Lima.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

1. Áreas de Pobreza. 2. Política de Saúde. 3. Violência.
4. Racismo. 5. Direitos Humanos. 6. Entrevista. 7. Coleta de Dados.
I. Título.

CDD – 23.ed. – 303.6

Fernanda Vieira Alves de Andrade

Enfrentar é Complexo:

iniciativas locais frente à política de morte no Complexo da Maré

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos Processos Saúde-Doença: Produção/Trabalho, Território e Direitos Humanos.

Aprovada em: 28 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Rachel Barros de Oliveira
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Núcleo de Pesquisa Urbana

Prof.^a Dra. Danielle Ribeiro de Moraes
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Prof.^a Dra. Juliana de Farias Mello e Lima (Coorientadora)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Núcleo de Pesquisa Urbana

Prof.^a Dra. Marize Bastos da Cunha (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, a uma amiga querida, que me conhece desde o início da adolescência, e que foi a principal incentivadora para minha entrada no mestrado, Aline Ferreira. Obrigada por me ajudar a montar meu projeto, e pelas dicas para a prova do mestrado. Sem o seu incentivo, não teria sido possível.

No decorrer do processo, alguns encontros foram importantes e potentes, entre eles a minha “turma de determinação”, os professores de algumas disciplinas, e a minha orientação.

À Marize Bastos, pelas orientações, desorientações, paciência, sensibilidade e liberdade. Saber quem se está orientando é fundamental nessa parceria, e você sabia exatamente o que dizer para eu não vir a desistir ou desinvestir.

À Juliana Farias, que também aceitou estar nessa árdua e desafiadora tarefa de orientação. Obrigada pela sua delicadeza, bom humor e organização nas anotações.

A todos que fazem a Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca funcionar, os profissionais do apoio, a secretaria e os professores.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio do financiamento da pesquisa.

Às professoras da banca examinadora, que aceitaram compartilhar seu tempo e seu conhecimento para o aprimoramento do meu trabalho, Palloma Menezes, Rosely Magalhães, Rachel Barros e Danielle Moraes.

À Professora Daniele, por ter participado da qualificação e ter exercido o papel de médica na minha história. Obrigada por ter atendido minha mãe de forma remota, quando ela apresentou sintomas de COVID-19. Em maio de 2020, estávamos em um momento com número elevado de casos, e pouco se sabia o que fazer. Seu atendimento empático, atencioso e qualificado nesse momento de urgência sanitária foi fundamental.

Às organizações participantes, pela disponibilidade de cada pessoa que aceitou participar das entrevistas. A presença de vocês foi essencial para o enriquecimento desta pesquisa. Infelizmente, por questões do sigilo, não citarei nomes. Vocês simbolizam a potência, a receptividade e a força que a Maré tem.

À Maré, com suas dores e delícias que formaram uma parte do que sou.

Às minhas atuais colegas de trabalho, principalmente à minha coordenadora Julia Leal, pela flexibilização de horários e pela escuta.

Por último, a Deus, aos meus pais Vilma Vieira e Nelson Soares, e ao meu companheiro Alan Alves, que foram a minha base neste processo, me deram apoio em suas possibilidades e tiveram paciência com essa aprendiz de mestre.

Aos meus amigos mais próximos, e em especial Laudy e Sue Elen, e às “determinadas” Jessica Camelo, Thamires Marques, e Karla Barros, pela escuta de minhas ansiedades, medos, angústias e desejos nesse processo.

*Eu seguro a minha mão na sua, para que
juntos possamos fazer aquilo que eu não
posso, não quero e não devo fazer sozinho.*

Autor desconhecido (tradição oral do teatro),
frase dita por uma entrevistada.

RESUMO

Nas últimas décadas, ocorreu uma intensificação da violência armada do Estado em territórios de favelas na cidade do Rio de Janeiro, havendo um crescimento expressivo de diversos tipos de violações de direitos humanos e sociais no cotidiano dos moradores. Nos últimos anos, essa violência de Estado ganhou novas frentes e formas de atuação, visto que o Estado passou a utilizar, influenciado por questões políticas, econômicas e sociais, aparatos de guerra como veículos e aeronaves blindados em incursões policiais. Esse cenário é compreendido como uma parte da política de morte do Estado sobre os territórios de favelas. Tal política, também nomeada necropolítica, abrange não só as operações policiais, mas toda uma estrutura de políticas públicas que acaba por levar os moradores a uma vida limítrofe entre a vida e a morte. Esse contexto é sustentado pelo racismo estrutural da sociedade brasileira, o qual legitima a violação de direitos, as prisões e mortes indiscriminadas, sem que haja grandes questionamentos pelos que não vivem essa realidade. Nesse contexto, esta pesquisa buscou compreender como um território, neste caso o Complexo da Maré, lida com a violência que vem se agravando nas últimas décadas, através das respostas construídas por iniciativas locais. Para isso, de agosto de 2020 a março de 2021, foram realizadas análise documental, observação participante, e entrevistas semiestruturadas com iniciativas locais, entendidas como agentes sociais, que, por meio de seus projetos, respondiam de alguma maneira às negligências e violências praticadas pelo Estado. Foram escolhidos e convidados a participar da pesquisa um coletivo, uma igreja e uma Organização Não Governamental. Na pesquisa, identificou-se que esses agentes, a despeito de suas diferenças, têm diversas atuações e formas de responder às necessidades da população diante da falta ou precariedade das políticas públicas, em especial no que se refere à saúde e à educação. Durante o trabalho de campo ao longo da pandemia, observou-se que eles foram os primeiros a responder às dificuldades e demandas dos moradores. No entanto, apesar do importante protagonismo destes, alguns limites se impõem em sua atuação, visto que o trabalho dessas iniciativas deveria ser uma resposta complementar e não central como tem se apresentado em alguns aspectos, sobretudo na saúde e na educação. Além disso, foi expressivo que, nessa luta contra a política de morte, as mulheres são as protagonistas, pois não só estiveram em maior número nas entrevistas, mas também nas iniciativas participantes e no próprio território.

Palavras-chave: Agentes Sociais. Complexo da Maré. Política de Morte. Iniciativas.

ABSTRACT

In recent decades, there has been an intensification of armed violence by the State in favela territories in Rio de Janeiro city, with significant increase in various types of human and social rights violations in the daily lives of residents. In the last years, this State violence has gained new fronts and forms of action, considering that the State started to use, influenced by political, economic, and social issues, war equipment such as armored vehicles and aircraft in police raids. This scenario is understood as part of the State's death policy on favela territories. This policy, also called necropolitics, encompasses not only police operations, but a whole structure of public policies that ends up leading residents to a life bordering on life and death. This context is sustained by the structural racism of Brazilian society, which legitimizes the violation of rights, indiscriminate imprisonment and death, without questioning by those who do not live this reality. Under these circumstances, this research sought to understand how a territory, the Complexo da Maré, deals with the violence that has been worsening in recent decades through responses built from local initiatives. To this end, from August 2020 to March 2021, documentary analysis, participant observation, and semi-structured interviews were carried out with local initiatives, understood as social agents, who, through their projects, responded in some way to the neglect and violence practiced by the State. A collective, a church, and a Non-Governmental Organization were chosen and invited to participate in the research. In the study, it was found that these agents, despite their differences, have diverse actions and ways of responding to the needs of population facing the lack or precariousness of public policies, especially with regard to health and education rights. During field work throughout the pandemic, it was observed that they were the first to react to the difficulties and demands of the residents. However, despite their significant role, some limits are imposed on their acting, since the work of these initiatives should be a complementary response and not a central one, as it has occurred, especially in health and education spheres. Moreover, it was expressive that, in this fight against the politics of death, women are the protagonists, since not only a larger number of them took part in the interviews, but also in the participating initiatives and in the territory itself.

Keywords: Social Agents. Complexo da Maré. Politics of Death. Initiatives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CV	Comando Vermelho
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
Fafeg	Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara
GENI	Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPUB /UFRJ	Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PROJAD	Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas
ProUni	Programa Universidade para Todos
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCP	Terceiro Comando Puro
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UFF	Universidade Federal Fluminense
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UTI	Unidades de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	20
2.1	OBJETIVO GERAL.....	20
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO	21
3.1	FAVELA E SUAS MARCAS HISTÓRICAS.....	22
3.2	A POLÍTICA DA MORTE.....	25
3.3	BREVE HISTÓRICO DA INTENSIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE MORTE NO RIO DE JANEIRO.....	27
3.4	OUTRAS FORMAS DE POLÍTICAS DE MORTE.....	29
3.5	AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS TERRITORIAIS.....	31
4	METODOLOGIA	34
4.1	OS AGENTES SOCIAIS DO ESTUDO.....	37
4.2	PROCEDIMENTOS.....	38
4.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	41
4.4	ASPECTOS ÉTICOS.....	42
5	EM DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO: RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
5.1	INICIATIVAS LOCAIS E SUAS ATUAÇÕES.....	43
5.2	DIFICULDADES E LIMITES DAS INICIATIVAS.....	50
5.3	PANDEMIA.....	58
5.4	MULHERES.....	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PROFISSIONAIS E MORADORES QUE ATUAM COMO AGENTES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DA MARÉ	78
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA PRESENCIAL	80

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO – ENTREVISTA VIRTUAL.....**

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa localiza-se em minha história pessoal. Ter nascido e crescido na Maré, um dos grandes complexos de favelas do Rio de Janeiro, me trouxe alguns questionamentos. Quando criança, eu não entendia o que ocasionava tamanha violência na localidade onde morava. Sentia muito medo e vontade de ir embora dali. Muitos foram os pedidos de mudança barrados por minha família que, aos poucos, foi me mostrando nossa realidade, esclarecendo que não tínhamos condições financeiras para deixar o local. Poucas foram as brincadeiras na rua, o lazer era fora da favela ou dentro de casa.

Morar na favela nos proporciona vivências e conhecimentos únicos, como perceber quando se deve ou não entrar, quando correr, se esconder ou quando não sair. Somos ensinados desde a infância como agir frente a uma violência tão dura, direta e cruel. Aprendemos cedo o que é ter medo e medo de morrer. Todas essas percepções e medos vão se desenvolvendo e cada um vai buscando formas diferentes de lidar. Para mim, foram os questionamentos que me auxiliaram a lidar com essas vulnerabilidades.

Na adolescência, o medo já não se encontrava tão presente como na infância, pois uma adaptação já estava estabelecida. Começava a ver o lado bom e o ruim de se morar na favela e a compreender que condições econômicas e sociais proporcionavam a negligência e a violência sofrida no território. Esse entendimento inicialmente foi muito influenciado por questões midiáticas e morais que me conduziram a entender que o problema eram as drogas, que eram elas que ocasionavam toda a violência, e quem as utilizavam eram os causadores do problema. Lembro que, ao ver pessoas comprando drogas e indo embora, eu me sentia desrespeitada, pois eles iam e nós ficávamos com as consequências. Mas, ao mesmo tempo, um sentimento confuso se instalava ao conviver próxima de algumas pessoas usuárias de drogas e entender que a questão do uso era muito complexa, e que as culpar não seria a resposta.

Na vida adulta muitos questionamentos permaneciam, e a partir de minha formação profissional, pude ir repensando-os. Aos 21 anos ingressei na faculdade de psicologia com uma bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni). Ao final da graduação, a disciplina Toxicodependência mudou minhas perspectivas em relação à utilização das drogas, às formas de tratar a temática e as pessoas que fazem uso de forma intensiva, mostrando caminhos alternativos à abstinência, como a redução de danos. No mesmo período, candidatei-me em um processo seletivo para moradores da Maré, para trabalhar como

reduzidora de danos junto às Clínicas da Família, a fim de atuar no atendimento a casos de álcool e outras drogas de moradores e de pessoas em situação de rua.

Iniciar a minha atuação profissional na saúde, no meu território, e com o tema que tanto me inquietava desde a infância, foi fundamental não só para responder a muitas perguntas, mas também para o meu crescimento profissional e pessoal. Com o ensino superior, e da formação que tive em serviço como reduzidora de danos, meu olhar se ampliou, e me fez compreender o quanto a questão da droga era ampla e que, em definitivo, a violência não estava atrelada aos usuários. Ao contrário, os usuários de drogas são extremamente violentados por diversas questões sociais e por fazerem uso de substâncias.

Pouco mais de um ano depois fui promovida como psicóloga para atuar em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas (CAPS AD). Nesse serviço, ao trabalhar com pessoas extremamente vulneráveis, vi o quanto o uso de drogas muitas vezes se inicia para auxiliá-las a suportarem uma vida com tanta miséria, tristeza e dificuldade impostas socialmente. A maioria das pessoas atendidas estavam em situação de rua, ou eram oriundas de favelas, e, em sua maioria, eram homens e negros. As mulheres estavam em menor número, mas, para mim, o fato só mostra o quanto se encontram mais vulneráveis, pois nem ao tratamento muitas conseguem chegar. Nesse período ingressei na pós-graduação do Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PROJAD), no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ), a fim de me aperfeiçoar no atendimento a essa população. Concomitante a esse trabalho e à pós-graduação, atuei em uma clínica social na Maré, onde pude perceber em todos os atendimentos (mesmo com pessoas de gênero, idade e condições financeiras diferentes) o medo de serem julgados como menores, desinteressados a até mesmo preguiçosos, mesmo quando acordavam de madrugada para trabalhar.

Desse modo, fui identificando um estigma em comum nos diversos casos, e que o racismo era muito mais do que uma injúria ou atos, mas sim elemento integrante de nossa estrutura social que fada as pessoas a lugares e posições determinadas, subjugando-as de forma a não possibilitar que saiam dessa posição. Além do racismo, uma desigualdade histórica econômica e social gera uma falta de acesso a serviços básicos, e quando acessados, muitas vezes o são de forma precária. Essa estrutura racista e desigual que o Estado promove e replica configurou territórios com vulnerabilidades, precariedades e violências como as favelas, estereotipando-as de forma a dar nomes, corpos e significados para os males que a sociedade vive.

A partir dessas experiências, e das questões por elas provocadas, busco com esta pesquisa respostas para outras inquietações e questionamentos que surgiram nesses processos profissionais e também pessoais. A tentativa do mestrado se deu de forma despretensiosa, visto que não via em minha realidade a possibilidade de uma vida acadêmica. Mas, incentivada por uma amiga também moradora da Maré, e que já cursava o mestrado, resolvi tentar e assim poder me aprofundar em outras inquietações que surgiram nessa trajetória. Por meio de discussões, apresentações, orientações e aulas, os objetivos do estudo foram se modelando, pois tudo que eu pensava sobre saúde e formas de cuidado esbarrava em um tema que atravessa todas as questões, que é a constante troca de tiros em nome da “guerra às drogas”, que acaba por suspender todas as atividades e a vida. Dessa forma, entendi, junto à minha orientação, que buscar compreender como a favela tem respondido à violência que atravessa seu cotidiano seria importante para entender melhor outros processos. Violência esta que tem matado diversas pessoas, prejudicando seu acesso à saúde e à educação, impossibilitando mobilidade local e na cidade, diminuindo possibilidades de lazer, cultura e até mesmo de trabalho, além das questões de saúde mental e física de se viver em constante pressão e medo, entre muitas outras dificuldades. Compreendendo que a mudança do oprimido, como coloca Paulo Freire, não virá do seu opressor, esta pesquisa se dará no território com os que vivem e sentem essa realidade.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, a violência policial se intensificou nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período começou a se construir sobre estas o mito de um lugar perigoso, violento e berço da criminalidade. Nos anos 2000, tiveram início novas formas de opressão às favelas, e as ações policiais começaram a ganhar outras frentes de atuação, influenciadas por questões políticas, econômicas e sociais (CARVALHO, 2013; LEITE, 2000; RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008).

Em 2006, os veículos blindados conhecidos popularmente como caveirão já eram utilizados nas incursões policiais, mas o que era para ser usado com critérios rígidos, acabou por ser banalizado e utilizado em todas as ações, causando o aumento das mortes por armas de fogo. No ano de 2007, começou a difusão das chamadas megaoperações, que são incursões com grande número de agentes das forças de segurança, com ampla cobertura e espetacularização nos meios de comunicação, e tais ações eram justificadas por terem o intuito de pacificar, embora tivessem alta letalidade pelas forças policiais (RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008).

Em 2008, foi instalada pela Secretaria de Segurança Pública a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), declarando o objetivo de pacificar, integrar a favela à cidade, e recuperar esses territórios dominados pelo tráfico por meio da ocupação permanente das forças de segurança nas favelas (CARVALHO, 2013).

Inicialmente, de acordo com Leite (2014), pesquisas realizadas sobre os territórios das UPP mostraram que houve o rebaixamento do risco de morte por tiroteio entre policiais e traficantes, assim como a redução de mortes pelos “autos de resistência”¹. Porém, práticas policiais abusivas e violentas contra a população, como intimidação, violência física, revistas vexatórias, entre outras, continuaram a ocorrer, interferindo, também, nas organizações comunitárias e nos eventos sociais como festas e bailes. Mesmo havendo a diminuição de conflitos frontais e de autos de resistência, homicídios ainda ocorriam, assim como a venda a

¹ Auto de resistência é um termo que caracteriza uma figura classificatória oficial que define as mortes e os ferimentos ocorridos nas operações como resistência à autoridade policial, de forma a apontar que todos que estão no território são suspeitos *a priori* (CANO, 1997). Foi regulamentado em 2 de outubro de 1969, pela ordem de serviço n° 803 (VERANI, 1996). Segundo Juliana Farias (2020, p. 36), na “década de 90, tal registro é reeditado no repertório de práticas burocráticas da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o ‘auto de resistência’ se configura enquanto um desafio burocrático e político a ser enfrentado pelos familiares das pessoas mortas durante operações policiais nas favelas, afinal, a imensa maioria dos casos registrados como ‘auto de resistência’ ou ‘resistência seguida de morte’ são casos nos quais as vítimas foram executadas sumariamente”.

varejo de substâncias ilícitas, ou seja, o varejo do tráfico ainda estava presente, mas não mais de forma ostensiva.

As UPP não foram implantadas em todas as favelas, e no decorrer dos anos um desinvestimento ocorreu sobre estas. Sua implantação estava relacionada a eventos internacionais, entre eles a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse período havia o desejo dos governantes em transformar a cidade para atender aos interesses econômicos das classes dominantes, e não às reais necessidades que esses territórios tinham. Para Valente (2016), as UPP foram implantadas sem planejamento e perspectiva de longo prazo, e com o passar dos anos a população vem denunciando as violências policiais e se manifestando contra a sua ocupação, principalmente devido aos constantes tiroteios e à morte de pessoas inocentes, o que não ocorria com frequência inicialmente. Desde 2015, as UPP apresentam um desinvestimento estatal em sua estrutura, nos projetos culturais e profissionais integrados, bem como em sua estrutura física e nas condições de trabalho dos agentes de segurança.

O aumento da violência contra a favela desde os anos 2000 veio de encontro a uma tentativa de transformação da cidade do Rio de Janeiro em uma “cidade olímpica”. Outro motivo para esse aumento é a persistência da “guerra às drogas”, através das políticas públicas de segurança, que atuam há mais de 30 anos nas favelas e que, além de não reduzirem os índices de violência, fazem aumentar a sensação de insegurança e morte que se agrava a cada ano (CARVALHO, 2013).

Vianna e Farias (2011) afirmam que as mortes ocasionadas nas operações são justificadas em massa como auto de resistência. Porém, os relatos dos moradores das favelas declaram que os tiros são dados de forma indiscriminada, matando quem está pela frente, não podendo, assim, serem justificados como auto de resistência na maioria dos casos.

Em um breve levantamento com dados internacionais, Bueno, Cerqueira e Lima (2013, p. 126) constataram “que as polícias brasileiras matam mais do que a de países com índices de criminalidade similares, ou até piores que o brasileiro, como é o caso de México, África do Sul e Venezuela”.

Como exemplo da intensa atuação das forças de segurança, pode-se citar o Complexo da Maré, um dos grandes conjuntos de favelas, situado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. O Complexo possui mais de 40 mil domicílios, distribuídos por 16 favelas, possuindo uma localização estratégica, pois margeia a Baía de Guanabara e se situa entre importantes vias expressas que cortam a cidade, articulando-a a outros municípios e estados: a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela.

No decorrer desta dissertação, serão utilizadas a palavra “complexo” e “favelado”, por se compreender que essas palavras não simbolizam somente algo discriminatório ou negativo contra a favela. Complexo simboliza o quanto as favelas são múltiplas e diversas, não tendendo somente para o lado da violência como as grandes mídias retratam, mas para diversas potências e diversidades². Será utilizada também a palavra “favelados” para se referir aos moradores. Esse termo, que é usado de forma pejorativa para aludir aos que moram nas favelas, ou a pessoas pobres que não necessariamente morem nestas, será utilizado com o propósito de ressignificar esses sentidos. Sentidos esses que foram impostos e construídos para desumanizar essa população. Mas os favelados são pessoas que lutam desde sempre em busca de melhores condições de vida. São cheios de vida, atitude e força frente a tantas dificuldades. Destacar alguns significados possíveis para favelados não tem o intuito de caracterizá-los, mas sim de mostrar um pouco suas multiplicidades, que, assim como complexo, não cabe em uma palavra, e se multiplica em diversos sentidos³.

O Complexo da Maré, como apontado anteriormente, é atravessado pela intensificação da violência policial. Segundo os boletins de segurança pública realizados pela Organização Não Governamental (ONG) Redes da Maré, a Maré ficou, entre os anos de 2017 e 2020, 87 dias sem atividades nas unidades de saúde, e 72 dias sem aula nas escolas, em decorrência de operações policiais.

Esse cenário é apoiado pela sociedade que assiste passivamente às diversas atrocidades cometidas nesses territórios, sendo que tal fato ocorre pela construção da “metáfora da guerra”, que, segundo Silva e Leite (2007), legitima as favelas como um lugar violento, como o lugar que irradia a violência para a cidade. A metáfora constrói um distanciamento entre “asfalto” e favela, apontando esta como um lugar contrário às normas e aos valores dominantes. Os direitos civis e humanos dos favelados tornam-se incompatíveis com a segurança pública, transformando sua população passível de uma política de morte.

Trata-se aqui do que Mbembe (2018) chama de necropolítica, uma política de morte que configura a expansão do poder punitivo do Estado, que se utiliza do poder e de

² Importante ressaltar que a palavra complexo também foi alvo de intervenções artísticas na Maré. O Galpão Bela Maré fez uma intervenção artística na Passarela 9, na altura do Parque Maré, com as seguintes faixas, Amarécomplexo/Amarésimples, de forma que todos que passam na Avenida Brasil em ambos os sentidos conseguem ver. O professor e pesquisador Fred Coelho aborda que as faixas trazem a sintetização do artista Marcos Chaves sobre “a leveza e inteligência, os conflitos urbanos cariocas, a constituição de pertencimento através da autoestima local e a crítica política ao descaso social, econômico, cultural e educacional que comunidades populares vivem na cidade” (GALPÃO BELA MARÉ, *online*).

³ Por fim, mas não menos importante, serão utilizadas essas palavras porque a autora deste trabalho também é uma favelada, tomando por esse motivo a liberdade de nomear os seus pares.

dispositivos plurais para regular não só os modos que se deve viver, mas também as formas de morrer. No Rio de Janeiro, a necropolítica foi se consolidando e se aprimorando com o arsenal de guerra, incluindo carros e aeronaves blindados, que foram adquiridos pela polícia nas últimas décadas, direcionados à população favelada e não utilizados no “asfalto”. Essa prática é possível pelo “estado de exceção” que se impõe sobre esses territórios, e também pelo racismo estrutural, que legitima as mortes e um conjunto de violações de direitos básicos.

Nas operações policiais, é importante ressaltar que as mortes são, em sua maioria, de jovens e negros. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública informa, referente ao ano de 2020, das mortes decorrentes de intervenção policial, 76% das vítimas possuíam entre 0 e 29 anos, com prevalência de jovens de 18 a 24 anos (44,5%). Em relação à raça, 78,9% das vítimas do último ano eram negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021, p. 66-68).

Em junho de 2020, pressionado por diversos coletivos de favelas e pelo movimento social, com apoio de organizações de direitos humanos, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou a suspensão de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia, salvo em casos absolutamente excepcionais, que deveriam ser justificados por escrito ao Ministério Público pela autoridade. Houve certa diminuição das operações, porém ainda ocorreram algumas de forma arbitrária e com mortes. Segundo o mesmo anuário, houve uma queda no Rio de Janeiro de 31,8% nas mortes por intervenções policiais, que passaram de 1.814 em 2019 para 1.245 em 2020, mas os números ainda são elevados.

É fundamental destacar que a violência policial, além de impactar de forma objetiva as atividades diárias nas favelas, como ir trabalhar, estudar, dentre outras, também as impacta subjetivamente, pois viver sob o risco constante de vida, preconceito e violência não só produz enfermidades e altera a saúde, mas compromete a estrutura física, mental, o estado espiritual e emocional (AGUDELO, 1990; MINAYO; SOUZA, 1997; SCHMID; SERPA, 2019).

Contudo, os moradores das favelas não ficaram passivos frente a esse cenário de violações e violências. Historicamente, eles se mobilizam coletivamente, enfrentando as remoções, buscando o direito a equipamentos e serviços de infraestrutura urbana, bem como serviços como creches e escolas, de modo que a luta foi se constituindo como uma das identidades destes territórios. Hoje, quando a experiência da violência se amplia e se torna cotidiana, muitos moradores lutam coletivamente por seus direitos e por reparações dos danos que lhes são causados cotidianamente (TELLES; AROUCA; SANTIAGO, 2018).

Os moradores criam estratégias para registrar operações e violações, tão logo elas ocorrem, com o uso das redes sociais, tanto na Maré como em outros grandes conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. Além de proporcionar visibilidade aos acontecimentos, as redes sociais se tornaram uma ferramenta para denúncia, troca de experiência, comunicação em tempo real, registro e reprodução de imagens, divulgação de atividades, entre outras funções, na reinvenção cotidiana da favela (CUNHA; PINHEIRO, 2018).

Os moradores se organizam de forma independente ou em associações de moradores, igrejas, movimentos sociais, coletivos e ONG, constroem ações e práticas e lutam por mudanças em sua realidade. As pessoas que realizam esse trabalho circulam por espaços sociais diferenciados e atuam como mediadores locais. Não se localizam como moradores comuns, tampouco são lideranças propriamente ditas e, de acordo com Marize Cunha (2005), estes são “agentes sociais em movimento” – baseando-se em Bourdieu (2001), que considera os agentes aqueles que constroem sua realidade social, não sendo meros reprodutores desta, mas que estão em constante transformação, sendo influenciados e influenciadores dessa realidade. Assim, pode-se dizer que esses moradores que atuam nessas iniciativas estão em constante movimento e transformação de si e, principalmente, do território.

Dessa forma, a importância de realizar esta pesquisa em um território conflagrado pela violência armada como as favelas, a partir da Saúde Pública, é que esta auxilia na compreensão de que a violência está relacionada com os processos de determinação social de saúde-doença na sociedade. A Saúde Pública mostra não só o impacto da violência na saúde, mas auxilia na busca da legitimação de direitos básicos dessa população, que são constantemente violados. Apesar de a violência causar muitos danos, repercussões, e mobilizações, ainda é um tema recente na saúde. Por muito tempo, a Saúde Pública esteve trabalhando em uma perspectiva de atendimento às vítimas da violência, porém recentemente tem buscado estratégias e planejamento de prevenção. Nesse sentido, segundo Schraiber, D’Oliveira e Couto (2006), entende-se que os estudos sobre violência e saúde se encontram, ainda, em um momento inicial de sua produção.

É fundamental, no entanto, que as ações sobre as violências que acometem esses territórios sejam intersetoriais, e que se leve em conta os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais, como fatores que influenciam a saúde e a ocorrência de riscos. Sendo o processo de determinação social da saúde-doença nesses territórios muito particular, com atravessamentos diretos e diários, faz-se necessário pensar sobre a violência territorial não só pelo seu impacto direto e objetivo, mas também

pelos subjetivos, que não podem ser mensurados estatisticamente (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; MINAYO; SOUZA, 1997).

O Complexo da Maré foi escolhido para a realização da pesquisa, pois, além de ser um dos grandes complexos de favelas no Rio de Janeiro, tem um histórico de luta por direitos básicos, desde 1940, quando ainda se encontrava sob palafitas. E por ser palco de recorrentes operações policiais, com números significativos de mortes, feridos e dias perdidos de acesso ao direito à saúde, educação, ao trabalho, dentre outras adversidades.

Dessa maneira, buscou-se compreender com esta pesquisa: Quais respostas as iniciativas, mas especificamente do Complexo da Maré, têm dado às violências institucionais do Estado, que vão desde questões de infraestrutura urbana, violência armada de guerra às drogas – que respostas conseguem dar local e externamente? Quais são as organizações locais que vêm atuando nesse processo? Quais as demandas que recebem? Quais as respostas que vêm construindo frente às necessidades da população com o aumento da violência policial? Como se relacionam essas demandas e respostas com a situação de saúde da população?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como o território lida com a violência que vem se agravando nas últimas décadas, principalmente quanto à questão da chamada guerra às drogas, através das respostas construídas por agentes sociais como as igrejas, as organizações não governamentais (ONG) e os movimentos sociais, na favela da Maré.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever as experiências e respostas coletivas desenvolvidas pelos agentes sociais que atuam no enfrentamento às violações do Estado no Complexo da Maré.

Analisar as relações dos coletivos com os moradores no território e as principais demandas e encaminhamentos realizados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A temática e a problematização desta pesquisa são norteadas por questões históricas e atuais que atingem as favelas do Rio de Janeiro, mais especificamente o Complexo da Maré. As questões a serem apresentadas envolvem a violência territorial de guerra às drogas, baseada em uma política de morte ou necropolítica, que traz diversos impactos diários à vida dos moradores, no âmbito privado e público, bem como mudanças em sua vida cotidiana, marcando suas subjetividades, seus corpos, suas vidas em geral.

A necropolítica, de acordo com Mbembe (2018), consiste em múltiplos métodos de controle, vigilância, policiamento e morte. Encontra-se não só nas operações policiais, extremamente violentas e com altos índices de letalidade, mas em toda uma estrutura precária de políticas públicas de saúde, educação, lazer, dentre outros direitos que, além de muitas vezes violados, são recorrentemente suspensos pelas constantes operações policiais legitimadas pela construção da imagem da favela como um território “inimigo”, utilizando-se do discurso de guerra às drogas para justificar um “estado de exceção”.

De acordo com Leite (2000), há um pacote interpretativo que estrutura as ações cometidas nesses territórios. Esse pacote é produzido a partir da “metáfora da guerra”, que construiu e alimentou a imagem das favelas como um lugar violento, habitado por marginais e por moradores coniventes.

Essas atuações estão baseadas no racismo estrutural da sociedade brasileira, que integra uma organização política e econômica, a qual fornece lógica, sentido e tecnologias para as “formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Nas favelas, os moradores não ficaram estáticos frente à política de morte estatal a que são submetidos até hoje. Estes são territórios construídos por uma grande gama de atores que articulam o espaço local ao global, em constante processo de construção e reconstrução (SANTOS, 2005). Neles, ações coletivas e práticas territoriais foram e são construídas por “agentes sociais”, moradores e trabalhadores que atuam de forma individual ou em organizações e coletivos na busca por respostas aos seus direitos e por reparações dos danos que são causados cotidianamente (CUNHA, 2005).

3.1 FAVELA E SUAS MARCAS HISTÓRICAS

A favela desde sua constituição lutou para não ser removida. Lutou ainda para ter políticas públicas de infraestrutura, saneamento, saúde, educação, entre outros direitos básicos. Historicamente, até os dias atuais, as favelas são atravessadas pela provisoriade, desenraizamento e invisibilidade.

O desenraizamento é entendido como um:

processo que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento que cria desigualdades sociais e ambientais: ele está presente na migração do campo para a cidade; quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou outra situação de risco; ou ainda com aqueles removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde moram. (CUNHA *et al.*, 2015, p. 95)

A provisoriade caracteriza-se pelas intervenções públicas em infraestrutura, saneamento, entre outras, que são feitas de maneira irregular, de maneira que os moradores sempre vivam sobre as precariedades deixadas ou que busquem respostas de forma individual. Assim, mesmo quando o Estado se apresenta, é com uma prestação de serviço de baixa qualidade (CUNHA *et al.*, 2015; LEITE, 2012; SILVA, 2015).

Os impactos, adoecimentos e mortes ocasionados pelo desenraizamento e pela provisoriade são invisibilizados. Os dramas vivenciados pelos moradores, assim como as respostas que estes constroem a essas situações, são ignorados (CUNHA *et al.*, 2015).

Essas marcas territoriais podem ser nomeadas como formas de violência estrutural e institucional proporcionadas pelo estado. A violência estrutural naturaliza e alimenta a desigualdade e a miséria, e a violência institucional acaba por reproduzir o fenômeno da violência em outras instituições e círculos sociais como nas famílias, nos trabalhos, nas Organizações Não Governamentais (ONG), entre outros espaços (MINAYO; ASSIS; EDINILSA, 2017).

Ambas as violências se perpetuaram ao longo de décadas ao ponto de se construírem em torno da favela “mitos” de um lugar perigoso, violento, berço da criminalidade, avessa às normas e aos valores dominantes. Com a inserção do varejo do tráfico, tais “mitos” se intensificaram ainda mais. De acordo com Leite (2000), a construção dos “mitos” ganhou potência a partir da década de 1990, quando diversas chacinas ocorreram em favelas do Rio de Janeiro por policiais, o que consolidou a representação de uma cidade em guerra e de uma

ambiguidade em relação aos direitos civis e humanos dos favelados, os quais são colocados como incompatíveis com a segurança pública.

Os mitos auxiliaram na construção da favela como uma inimiga da cidade, construindo-se uma dualidade entre cidade legal e uma cidade ilegal, tornando-a, assim, passível de ser combatida com forças de guerra. Silva e Leite (2007) denominam essa construção metáfora da guerra, que não se aplica somente ao varejo do tráfico instalado no território, mas a todos os moradores, que são vistos como coniventes e igualmente passíveis de serem punidos. Dessa forma, a metáfora da guerra é uma construção de discursos de justificação moral para políticas institucionais e para aquisição de equipamentos policiais com aparatos de guerra como carros blindados e helicópteros.

A violência estatal que se assemelha a uma guerra não é questionada socialmente pelos que não vivem essa realidade, assim como muitas vezes é apoiada pela sociedade, que acredita nos mitos construídos pela metáfora da guerra e os perpetua. Mas a violência não é possível somente por esse fato, pois se relaciona também ao racismo histórico na sociedade brasileira, presente desde o período colonial, sustentado pelo escravismo e pela forma pela qual a escravidão foi abolida.

O racismo é estrutural, integra uma organização política e econômica, fornece lógica, sentido e tecnologias para as “formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea”, e acaba por impactar a vida de pessoas negras em diversas fases da vida e em diversos acessos, principalmente nos seus direitos básicos (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Segundo Cruz (2020), o racismo clama para que haja, a qualquer custo, a manutenção da ordem, mesmo que para isso ocorra violação de direitos, como prisões e mortes indiscriminadas. É o racismo que conforma a extrema violência à qual a população é submetida, e que naturaliza as mortes pelas chamadas “balas perdidas” nas favelas, que matam milhares de jovens negros por ano, o que faz com que sejam consideradas “balas achadas” por muitos militantes nas favelas. Esse poder presente nas favelas, de fazer e deixar morrer pelo Estado, pode ser caracterizado como uma necropolítica.

A necropolítica é uma política de morte que configura a expansão do poder punitivo do Estado, que se utiliza do poder e de dispositivos plurais para regular não só os modos que se deve viver, mas também as formas de morrer (MBEMBE, 2018).

A atuação da política de morte se sustenta em parte pelo racismo estrutural. O racismo acaba por legitimar que mortes e um conjunto de violações de direitos básicos ocorram a determinados corpos e territórios. A política de morte é explícita nas favelas do Rio de Janeiro, pois as ações que se praticam nestas, como, por exemplo, as ações policiais

extremamente violentas, não sucedem em outros espaços da cidade. Essas operações são justificadas pelo combate da venda e utilização de drogas, no entanto tais práticas também se verificam em outros bairros, como nos bairros abastados; contudo, por terem moradores predominantemente brancos, e com alto poder aquisitivo, não há a utilização da força e da violência que ocorre na favela.

A partir desse contexto, é perceptível que nos territórios de favela não há o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade. Nestes tende-se “a aprisionar seus moradores em espaços fortemente controlados, onde faltam condições mínimas para o exercício dos mais elementares direitos civis, a começar pelo direito à integridade física” (BURGOS, 2006, p. 191).

Porém, frente às políticas que se impõem a esses territórios, eles se movimentam, principalmente os que são tensionados frequentemente.

O território é um espaço delimitado, produzido pela sociedade, onde “existem múltiplos objetos geográficos (naturais e construídos), atores sociais – pessoas (indivíduos e grupos) e instituições –, relações (fluxos) e poderes diversos” (GONDIM; MONKEN, 2018, p. 22).

De acordo com Santos (2005), o território é construído por uma grande gama de atores que vão territorializando suas ações, articulando o espaço local ao global, estando, dessa forma, em constante processo de construção e reconstrução. Assim, o uso do território vai se dando por uma dinâmica do lugar. O lugar, por sua vez, é uma categoria entendida como o espaço em que se dá o acontecer solidário, lugar esse que define e gera valores múltiplos, como culturais, econômicos, sociais, financeiros, entre outros. Esse lugar não tende somente para um lado, mas para algumas possibilidades.

As pessoas vivem, se organizam e morrem nos territórios, e constroem dinâmicas e fronteiras que nem sempre são tão visíveis ou definidas, principalmente por aqueles que não estão em sua realidade. Segundo Haesbaert (2014), pessoas que vivem em intensa precarização social e, conseqüentemente, territorial, que passam por profundas inseguranças em decorrência da disputa acirrada pelo espaço em que vivem, constroem lógicas possíveis que nem sempre quem está de fora consegue distinguir. Um exemplo colocado pelo referido autor são as lajes, que aparecem de forma predominante na arquitetura das favelas. Estas, em sua maioria, têm finalização inacabada, são utilizadas como área de serviço ou de lazer, mas também como possibilidade de expansão vertical das moradias. Essa é uma estratégia de resistência e crescimento, principalmente quando há políticas que restringem a expansão das favelas. A laje traduz bem o fato de que os moradores de favela não apenas reagem, mas

agem, movidos por projetos, como o da casa própria, na maioria das vezes construída a muitas mãos.

A favela é um território muito singular, e suas marcas históricas a atravessam até os dias atuais. A violência estrutural e institucional, associadas ao racismo, ao desenraizamento, à provisoriade e à invisibilidade, trazem marcas concretas e subjetivas para os moradores. Por outro lado, proporcionaram deslocamentos, mobilização e lutas, que tornam a dinâmica desse lugar única, principalmente frente às lutas da necropolítica do estado.

3.2 A POLÍTICA DA MORTE

Antes de adentrar a lógica de atuação da necropolítica, faz-se necessário abordar um conceito anterior, a biopolítica. No século XIX, Foucault (1999) aponta que se iniciou uma mudança na concepção sobre a soberania do Estado, a qual deixou de ser o poder que tirava a vida, para mantê-la, prolongá-la e controlá-la. Esse poder sobre a vida é denominado biopoder, que passou cada vez mais a regulamentar e disciplinar as pessoas. E para atuação de tal poder, o racismo se apresentava de forma emergente.

O racismo, como citado anteriormente, tem funções na atuação do estado. Para Foucault (1999), são duas as funções do racismo ligadas ao poder do Estado. A primeira se refere a uma divisão biológica, introduzindo a classificação de raças, proporcionando distinções e hierarquias. Começou a se criar a distinção entre bons e maus, entre quem merece viver e quem merece morrer, não só tirando a vida diretamente, mas a expondo ao risco de morte. Uma segunda função do racismo diz respeito ao estabelecimento positivo que se cria com a morte do outro. Tem relação com a ideia de que, para uma parte da população ter a preservação de sua existência, é necessário o aniquilamento da outra. Em certa medida, a morte do outro configura-se como uma segurança pessoal, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Enquanto para Foucault (1999) o estado nazista foi o ponto de partida para a junção do estado racista e assassino, para Mbembe (2018) tal fato teve sua gênese no colonialismo.

Almeida (2019) pontua que o colonialismo proporcionou ao mundo um novo modelo de administração, onde não se tinha mais a decisão sobre a vida e a morte, mas somente o exercício da morte; não havendo biopolítica ou biopoder, e sim, necropolítica e necropoder. Mbembe realiza uma análise segundo a qual a soberania do Estado, além de atuar a partir do racismo, também atua pelo “estado de exceção”.

O “estado de exceção”, explica Agamben (2004), significa a suspensão dos direitos fundamentais para a resolução de situações de emergência em que o Estado esteja em perigo. Porém, na contemporaneidade, essa relação deixa de ser entre nações e passa de Estado para pessoas em relações cotidianas – o inimigo passa a estar dentro do povo.

A necropolítica, assim, é um termo que caracteriza uma forma contemporânea que subjuga a vida ao poder da morte, em que vastas populações são submetidas a condições de vida difíceis, nas quais as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar destruição máxima, sempre com base em questões de raça e classe social. Já o necropoder consiste em múltiplos métodos de controle, vigilância, policiamento e morte (MBEMBE, 2018).

Pensar a favela pela ótica da necropolítica é indispensável para a compreensão de que a política de morte não se encontra só nas operações policiais, extremamente violentas e com altos índices de letalidade, mas em toda uma estrutura precária de políticas públicas de saúde, educação, lazer, entre outros direitos que, além de muitas vezes precários, são recorrentemente suspensos devido às constantes operações policiais que são legitimadas pela construção da imagem da favela como um território “inimigo”. Tal construção de imagem, realizada pelos mitos e pela metáfora da guerra, como já mencionado, é legitimada pelo discurso de guerra às drogas, pautada sobre um estado de exceção.

A política de morte se intensifica, de maneira direta, pelas ações policiais extremamente violentas e mortíferas, e pelos riscos constantes trazidos pelo Estado, diretamente, ou por grupos armados do tráfico ou da milícia. Com isso, a necropolítica delimita uma gestão da morte sobre determinados territórios, proporcionando condições de vida limítrofes entre vida e morte, naturalizando formas indignas de existência para alguns, operando a partir do abandono, do silenciamento e do anonimato (MBEMBE, 2018).

Essa política é expressa em números. O Ministério Público do Rio de Janeiro divulgou que desde 2013 as mortes produzidas pelas forças de segurança apresentam uma tendência de crescimento. Em 2016, esse crescimento acelerou: enquanto a média mensal de número de mortes pelos agentes do estado era de 54 em 2015, no ano de 2018 foi para 128 mortes por mês. No ano de 2019, entre janeiro e agosto, a média na cidade alcançou o número de 156 vítimas por mês, contabilizando, no total, 1.249 mortes, o que representou um aumento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, em que houve 1.075 mortes (RIO DE JANEIRO, 2020).

De acordo com Vianna e Farias (2011) as mortes ocasionadas nas operações são justificadas em massa como auto de resistência. O termo caracteriza-se por uma figura classificatória oficial que define as mortes e os ferimentos ocorridos nas operações como

resistência à autoridade policial, de modo a apontar que todos que estão no território são suspeitos *a priori*. Porém, os relatos dos moradores das favelas declaram que os tiros são dados de forma indiscriminada, matando quem está pela frente, não podendo, assim, serem justificados como autos de resistência na maioria dos casos.

Os exemplos mais gritantes de “auto de resistência” decorrem dos casos nos quais a morte foi provocada por tiro de fuzil na nuca ou casos nos quais os laudos cadavéricos atestam que os disparos foram efetuados à curta distância, atingindo regiões do braço e do antebraço das vítimas que só poderiam ser atingidas caso as mesmas estivessem rendidas – de joelhos no chão, com os braços na cabeça. O desafio burocrático e político que se coloca aos familiares destas vítimas fatais, portanto, está relacionado à possibilidade que o policial tem de realizar o registro de “auto de resistência” descrevendo os fatos do episódio no qual se deu a morte do morador de favela de outra forma – trata-se da produção de um documento oficial que localiza a morte em questão como decorrente da resistência à autoridade policial, como se tivesse havido confronto, como se o agente de Estado que efetuou o disparo o tivesse realizado para se defender. (FARIAS, 2014, p. 12)

Para compreender como se deu essa intensificação das operações policiais no Rio de Janeiro, faz-se necessário um breve retorno histórico.

3.3 BREVE HISTÓRICO DA INTENSIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE MORTE NO RIO DE JANEIRO

Na década de 1980, houve uma modificação na relação entre o Estado e a sociedade, e entre pessoas e coisas, proporcionada pela desvalorização monetária e os ciclos constantes de hiperinflação por que vários países passaram, o que gerou “enclaves econômicos”. Novas relações também se deram entre guerra e máquinas de guerra, que se dispuseram da seguinte maneira:

Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias. Em casos nos quais dissidentes armados não tomaram completamente o poder do Estado, eles produzem partições territoriais. (MBEMBE, 2018, p. 60)

O Brasil sofreu o processo descrito por Mbembe. Em 1980, o país enfrentava uma crise econômica, e concomitante a isso, os grupos armados e a milícia se instalavam nas favelas, e o Estado aumentava a força policial violenta. Assim como apontado no trecho acima, esses fatos não ocorreram fora do Estado, mas sim por “trás da máscara” deste, visto

que não seria possível o grande arsenal de armas e drogas nas favelas sem corrupção estatal, policial e de outros atores políticos que influenciam o crime organizado (KARAM, 2013; ZALUAR, 2005).

Nesse mesmo período, a perspectiva de guerra às drogas já estava instalada no Brasil, que adquiriu força e funcionalidade junto à economia neoliberal, para setores do capital como as indústrias de armas, empresas de segurança, o sistema financeiro para lavagem de dinheiro do tráfico, além da criminalização da pobreza em nome da manutenção da ordem. Logo, a guerra às drogas fortaleceu e ampliou a economia neoliberal com o controle social exercido através do poder e da violência (KARAM, 2005; MACHADO; MARIZ, 2019; PASSOS; SOUZA, 2011).

Na década 1990, com a implantação do modelo neoliberal, intensificou-se o desemprego que já estava ocorrendo, e a privação de garantias de direitos para a população. Nesse período, a economia neoliberal, que atua na lógica do consumo, encontrou no discurso do combate ao tráfico (guerra às drogas) um dos campos para sua disseminação, pois a economia bélica atua pela mesma lógica de consumo. A guerra às drogas acabou fortalecendo e ampliando a economia com o controle social exercido através do poder e da violência (CARRIL, 2006; KARAM, 2005; MACHADO; MARIZ, 2019; PASSOS; SOUZA, 2011).

É nesse período que, de acordo com Leite (2000), a intensificação dos “mitos” sobre a favela como uma inimiga da cidade, construindo-se uma dualidade entre cidade legal e uma cidade ilegal, tornou possível combatê-la com forças de guerra. Assim, a “metáfora da guerra” se instalou no território sobre o varejo do tráfico, mas também sobre todos os moradores que passaram a ser vistos como coniventes e igualmente passíveis de serem punidos.

Os grupos civis armados foram se intensificando ao longo dos anos nas favelas, bem como o aparato repressivo estatal, a fim de diminuir o acesso de drogas a usuários de substâncias psicoativas. O Estado começou a adotar as mesmas estratégias utilizadas pelos grupos armados no início da territorialização, com a intimidação de moradores, invasão de domicílios, morte de inocentes, além de comprometer a qualidade de vida dos moradores (CAMPOS, 2007; NASCIMENTO, 2017; RODRIGUES, 2005).

Já nos anos 2000 houve uma intensificação das ações policiais, que ganhou outras frentes e formas de atuação, com os veículos e aeronaves blindados, e com a difusão das megaoperações, influenciadas por questões políticas, econômicas e sociais (CARVALHO, 2013; RIBEIRO; DIAS; CARVALHO, 2008).

No ano de 2008, foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a qual tinha por objetivo “pacificar”, integrar a favela à cidade, e recuperar esses territórios

dominados pelo tráfico por meio da ocupação permanente das forças de segurança nas favelas (CARVALHO, 2013).

As UPP acabaram não sendo implantadas em todas as favelas, e no decorrer dos anos houve um desinvestimento sobre estas. Sua implantação, como já apontado, estava relacionada aos grandes eventos internacionais, entre estes a Copa do Mundo em 2014. Portanto, as UPP foram implantadas sem planejamento e perspectiva de longo prazo, e a população vem denunciando e se manifestando contra a sua ocupação, principalmente pelos constantes tiroteios e mortes de pessoas inocentes, que foram se intensificando ao longo dos anos (VALENTE, 2016).

Desde 2015, as UPP apresentam um desinvestimento estatal em sua estrutura, nos projetos culturais e profissionais integrados, assim como em sua estrutura física e nas condições de trabalho para os agentes de segurança. Menezes (2015) trata o processo de “pacificação”, entre aspas, argumentando que as favelas nas quais foram instaladas UPP passaram a ter seu cotidiano marcado pela combinação entre duas lógicas: uma do “fogo cruzado” (os tiroteios, já conhecidos) e outra do “campo minado” (marcada pelo monitoramento da rotina dos moradores). Ademais, é preciso registrar que a proposta da “pacificação” funcionou como mais uma faceta do braço armado do Estado nas favelas e a lógica bélica seguiu pautando as ações policiais nas favelas com UPP, como analisa Rachel Barros (2016) em seu trabalho de campo em Manguinhos. O argumento de Barros (2016) se fortalece ao trazer para a discussão os casos de mortes perpetradas por agentes da UPP de Manguinhos.

Nesse breve levantamento histórico, é perceptível a intensificação da política de morte ao longo de décadas. Política esta que atua a partir de ações policiais extremamente violentas e mortíferas, ou nos confrontos entre os trabalhadores do varejo ou da milícia.

3.4 OUTRAS FORMAS DE POLÍTICAS DE MORTE

A política de morte, como já apontado, não se apresenta somente nos momentos de operações policiais, mas se perpetua no cotidiano dos moradores com as mortes e prisões e com a suspensão dos atendimentos nos serviços públicos nos dias de operação. Os serviços públicos muitas vezes estão presentes nas favelas, mas sua “presença caracteriza-se pela prestação de serviços de baixa qualidade” (SILVA; LEITE, 2007), e tal fato não ocorre apenas pelas condições que o Estado proporciona de estrutura e recursos, mas também pela

violência territorial com as operações policiais, que interrompem e dificultam a dinâmica de funcionamento dos serviços.

As marcas das experiências associadas aos já mencionados processos históricos de desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade desses espaços também remetem às diversas formas de políticas de morte (CUNHA *et al.*, 2015).

Todas essas violências e violações causadas por essa política trazem impactos à vida das pessoas. Viver um cotidiano com a possibilidade diária e inesperada de operações policiais e trocas de tiros pode acarretar muitas consequências na saúde, na educação, na vida econômica e social.

A exposição frequente a situações de violência gera uma “sensação de insegurança, medo e uma necessidade de mudança regular no cotidiano” (SCHMID; SERPA, 2019, p. 2).

Segundo Ribeiro *et al.* (2009, p. 2), estudos têm mostrado que a violência está associada à “pior saúde física, suicídio, problemas de saúde mental, problemas de saúde reprodutiva, sintomas somáticos e vários estados clínicos graves, tais como câncer e doença cardíaca isquêmica, seja como disparador ou como fator de risco”. A violência representa um impacto significativo na carga global de doenças, principalmente em países em desenvolvimento como é o Brasil.

Destacam-se, dentre esses agravos, muitos daqueles abrigados no campo da saúde mental, como os Transtornos Mentais Comuns (TMC), que se caracterizam por transtornos não psicóticos que incluem fadiga, insônia, esquecimento, irritabilidade, dificuldade de concentração e queixas somáticas. E o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que se desenvolve após exposição à violência e a eventos traumáticos (RIBEIRO *et al.*, 2009; ROCHA *et al.*, 2010).

A saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), não é só ausência de doença ou enfermidade, mas implica o completo bem-estar físico, mental e social. Tal perspectiva sinaliza o quanto os territórios favelados se encontram fragilizados em relação à saúde de seus moradores.

Monteiro e Rocha (2016) acrescentam que a educação também é afetada nesses contextos de violência armada. Segundo os autores, pesquisas indicam que a aprendizagem das crianças fica prejudicada pelos recorrentes conflitos armados nas favelas. Tal fato ocorre pela violência em si, pelos dias sem aula, e pela rotatividade de professores e diretores.

O conjunto de favelas da Maré, onde esta pesquisa foi realizada, registrou, conforme o boletim de direito à segurança pública, desenvolvido pela ONG Redes da Maré, entre os anos de 2017 e 2020, 87 dias sem atividades nas unidades de saúde, e 72 dias sem aula nas escolas,

em decorrência de operações policiais (BOLETIM DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ, 2017, 2018, 2019).

A população favelada vivencia sofrimentos muito particulares, uma vez que a política de morte, nesses territórios, destoa do que ocorre no restante da cidade, especialmente para aqueles que perderam um ente querido em trocas de tiros. As pessoas que perderam familiares relatam a sensação da possibilidade de enlouquecer devido à dor da perda, da falta e das injustiças cometidas (CRUZ, 2020; VIANNA; FARIAS, 2011).

Os moradores, além de lidarem com angústias, medos, tristezas, luto, aflições, ainda sofrem por uma ideia do senso comum de que quem mora na favela é traficante ou conivente com o tráfico de drogas, principalmente quando se manifestam contra as violações e violências estatais. Os moradores passam, assim, a desenvolver estratégias para se defender das violências policiais como tomar cuidado com a aparência pessoal, evitar circular por determinados lugares em horários específicos, deixar luzes apagadas em momentos de operações policiais. Eles também se organizam em lutas para reparação e justiça; um exemplo são as mães que perderam seus filhos assassinados nos confrontos policiais e que lutam coletivamente (MACHADO; NORONHA, 2002).

3.5 AÇÕES COLETIVAS E PRÁTICAS TERRITORIAIS

As favelas não sofrem todos os atravessamentos decorrentes da política de morte de forma passiva. Lutar e resistir faz parte da identidade desses territórios. Nesse processo, muitos moradores e organizações como igrejas, associações, coletivos, ONG, entre outros, foram buscando responder à falta de políticas públicas.

Inicialmente, as lutas por melhorias locais tinham a forte representação de lideranças locais e das associações de moradores. Na década de 1960, as favelas chegaram a se organizar pela Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que lutou para que as favelas não fossem removidas. Porém, durante a ditadura militar houve uma grande desarticulação das organizações políticas e das lideranças locais. Estas foram torturadas e assassinadas, assim como ocorreu nas organizações partidárias e sindicais. Os movimentos existentes na favela foram desarticulados, o território ficou apático e distante das relações políticas, de modo que não conseguiram se organizar da mesma maneira no período da redemocratização do país (BURGOS, 2006; VALLA, 1986; VALLADARES, 2005).

No fim da ditadura militar, o ambiente se tornou favorável para atuação de movimentos que reivindicavam mudanças sociais, econômicas e políticas. Todos que tiveram

a atuação sufocada no período ditatorial, incluindo as pastorais das igrejas, retomaram suas ações com maior autonomia. Nesse período também se inseriram nos espaços favelados as ONG, que iniciaram um trabalho de “projetos sociais”, e começaram a ser articuladoras entre as favelas, o governo e a sociedade como um todo, assumindo, assim, atividades que eram das associações de moradores (CARRIL, 2006).

O recuo e as violações do Estado no território favelado fizeram com que a população buscasse alternativas de enfrentamento das suas dificuldades, que vão desde questões de saneamento básico à segurança pública. Grupos, organizações e entidades foram se formando e exercendo um papel que deveria ser do Estado. Entre as organizações estão as que foram citadas anteriormente, como associações de moradores, ONG, coletivos, movimentos sociais e igrejas. Suas ações envolvem diversos segmentos de trabalho, incluindo saúde, educação, justiça, orientações, atividades de arte, lazer, dentre muitos outros (CUNHA; VALLA, 1999).

Souza (2017) afirma que a inserção desses novos atores tornou a representação das favelas descentralizada, o que gera possibilidades de outras construções e legitimidades. Entre essas possibilidades, está a organização de coletivos e movimentos, que, segundo a autora, são modos de organização com características de horizontalidade, que se organizam em uma informalidade que perpassa de forma predominante as relações pessoais, e são constituídos por pessoas com diferentes experiências, trajetórias e opiniões.

O enfrentamento das dificuldades pelos diversos atores citados pode ocorrer em ações coletivas, com maior contingente de participantes, que venham a ter objetivos específicos, ou em práticas territoriais que vão se construindo com base na cultura local ou nas necessidades pontuais ou urgentes. Essas práticas vão se estabelecendo no cotidiano por seus moradores ou trabalhadores locais, proporcionando mudanças, deslocamentos e reivindicações, buscando seu lugar como sujeitos políticos e reinventando formas para a sua inserção na cidade (BURGOS, 2012; CUNHA; 2005; SOUZA, 2017).

As pessoas que realizam esse trabalho circulam por espaços sociais diferenciados, e se colocam como mediadores locais, mas não se localizam como moradores comuns, assim como não são lideranças propriamente ditas; de acordo com Cunha (2005), são “agentes sociais em movimento” – baseando-se em Bourdieu (2001), que entende os agentes como aqueles que constroem sua realidade social, não sendo meros reprodutores desta, mas que estão em constante transformação, sendo influenciados e influenciadores dessa realidade. Cunha (2005) os nomeia “agentes sociais” de mediadores da comunidade. Segundo a autora, eles lutam individual ou coletivamente, e constroem o enfrentamento da vida no espaço

urbano. Além de serem mediadores, também exercem esse papel com os agentes sociais externos.

Muitos assumem uma figura de liderança, por sua experiência nas lutas locais, em suas articulações com instituições públicas ou até mesmo com os trabalhadores do varejo e a milícia. Esses agentes têm uma maneira particular de atuação por sua proximidade cotidiana com os moradores. É nessa fronteira de tensões e mediações em que a favela se encontra socialmente que os agentes sociais, incorporados ou não nas organizações citadas anteriormente, foram se expandindo ao longo de décadas, e onde foram construindo ações coletivas e práticas territoriais (COSTA; CUNHA, 2019; CUNHA, 2005).

De diversas formas a favela se organizou para lutar, reivindicar e debater sobre políticas públicas, violência e violações de direitos que perpassam seu cotidiano. E a atuação dessas organizações no território possibilita que seus moradores se mobilizem e se organizem em busca de justiça, reparação de direitos e cidadania (SILVA; LEITE, 2007; SOUZA, 2017).

Mas as representações da favela transcendem as lutas e se apresentam nas artes, na música, na literatura, no cinema, nos esportes, nas escolas de samba e nos clubes de futebol, entre outros. A favela “é presença permanente na produção cultural da cidade”, seja em uma perspectiva positiva ou negativa socialmente (BURGOS, 2012, p. 387; SOUZA, 2017). Constrói formas diversas de representação com *funks*, *rappers*, *slam*, entre outras manifestações juvenis, havendo uma disputa simbólica da ideia sobre a favela e a cidade.

Um recurso que também tem sido cada vez mais utilizado pelas favelas é a internet, fazendo-se uso das redes sociais. Essa ferramenta auxilia na luta militante como canal de denúncias de diversos agentes sociais, bem como auxilia na divulgação de informações, eventos, artistas locais, entre muitas outras possibilidades (SOUZA, 2017).

4 METODOLOGIA

O território escolhido para esta pesquisa foi o Complexo de Favelas da Maré, que é um dos grandes conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, situado na Zona Norte da cidade. Possui 16 favelas, e mais de 40 mil domicílios, com cerca de 140 mil pessoas. Sua região margeia a Baía de Guanabara, e se localiza entre importantes vias expressas que cortam a cidade, como a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela (SILVA, 2006).

Os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2011) mostram que o conjunto de favelas da Maré encontra-se localizado em uma área programática que apresenta as taxas mais baixas em índice de desenvolvimento humano, renda, alfabetização, entre outros.

A escolha desse território se deu devido à experiência já existente da pesquisadora por ser residente e já ter trabalhado nessa localidade, o que facilitou a identificação dos agentes sociais para a pesquisa. Não menos importante é o fato de esse território ser um dos principais alvos das operações policiais nos últimos anos.

Para Milton Santos (2005), entender o território é fundamental para não se correr o risco de renúncia ao futuro, assim como para não se ter o risco de alienação e perda de sentido da existência individual e coletiva. Dessa forma, um breve contexto histórico se faz relevante para compreender um pouco mais sobre o território onde a pesquisa foi realizada.

A Maré assim é conhecida porque no período colonial era uma paisagem dominada por mangues e praias. De acordo com Silva (2006), foi nesse período que o cenário da Maré começou a mudar, pois dois portos foram implantados, e o território começou a exercer um papel econômico importante, tornando-se o lugar para onde a produção das fazendas locais era escoada. Mas, com a criação das estradas de ferro no final do século XIX, a região entrou em declínio, pois a atividade econômica voltou-se para os centros comerciais que se formaram junto às estações da linha da Leopoldina. Contudo, na década de 1940, com a construção da Avenida Brasil, a região conheceu um novo desenvolvimento com a implantação de um cinturão industrial, que foi criando condições bastante favoráveis para o crescimento de sua ocupação. A Avenida Brasil possibilitou o acesso dos moradores aos locais de trabalho, a chegada do material necessário aos aterros e à construção das casas.

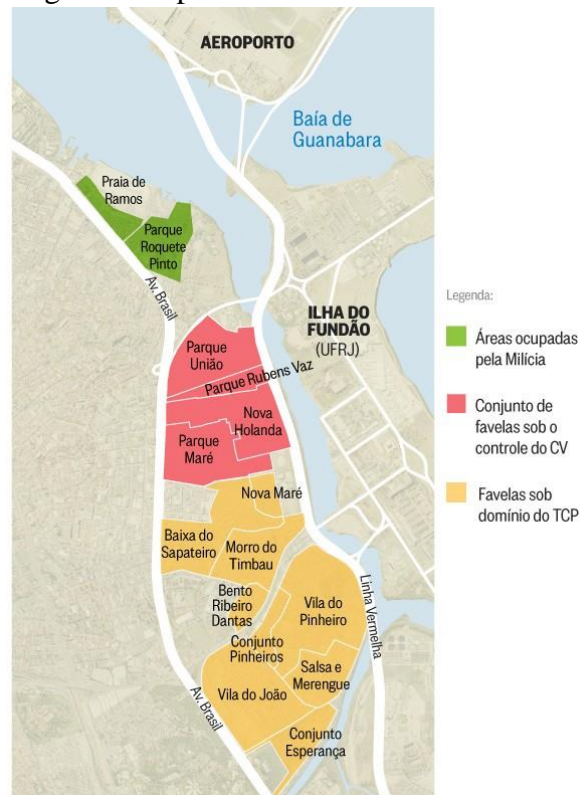
Na década de 1970, a ocupação da região atingiu seu auge, com aglomerado de habitações construídas sobre palafitas. Na década 1980, por meio do Projeto Rio, houve a erradicação das palafitas, e foram realizados grandes aterros e construídos grandes conjuntos habitacionais. Na década de 1990, a Maré passou por outro processo de reassentamento

promovido pela prefeitura, para atender populações desabrigadas e moradoras de áreas de encostas e margens de rios, consideradas de risco. Em 1994, a partir da criação da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, foi instituído o bairro Maré. Nessa mesma década, também “ocorreu o fortalecimento do chamado ‘poder paralelo’”. Organizado em facções criminosas rivais, o tráfico de drogas passou a dificultar, no cotidiano, o processo de integração das localidades (SILVA, 2006, p. 20).

Ainda nesse período, como apontado anteriormente, a favela começou a ser vista como uma inimiga da cidade, e iniciou-se a construção de uma dualidade entre cidade legal e uma cidade ilegal, tornando a favela um lugar passível de ser combatido com forças de guerra. E na Maré não foi diferente, pois houve uma intensificação dos grupos civis armados, assim como da repressão policial.

Segundo César (2016), a Maré começou a ser ocupada por grupos civis armados nas décadas de 1980 e 1990, inicialmente, o Comando Vermelho (CV) e, posteriormente, Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando. Nos anos 2000, houve a inserção da milícia, que é uma facção formada por militares, ex-militares e civis. Atualmente, o território é dividido entre milícia, CV e Terceiro Comando Puro (TCP), pois houve um racha entre os ADA e o Terceiro Comando.

Figura – Mapa da Maré



Fonte: COUTO (2017).

Como é possível ver na Figura, o território dominado pela milícia fica um pouco distante das outras facções, já a aproximação entre o CV e o TCP é extrema, tendo como divisa uma rua, que é popularmente chamada de “Faixa de Gaza”. Essa região assim é denominada por ser a divisa entre facções, e por ter casas e estabelecimentos com diversas marcas de tiros.

Apesar dessa grande tensão de se viver em um lugar em que pode haver troca de tiros de forma inesperada, iniciada pelo tráfico ou pelas incursões policiais, o território é muito dinâmico e cheio de vida. Onde quer que se ande na Maré, sempre se está em um lugar cheio de pessoas, de comércios, de ruas, becos e vielas, com barulho de carros, motos e crianças, e com músicas de diversos estilos tocando. Há um fluxo intenso de pessoas e motos, sobretudo nos finais de semana, com grande quantidade de feiras livres, festas e bailes. Há um comércio local intenso, como lojas de material de construção, de móveis, de roupas, de calçados, salões de beleza, mercados. Enfim, uma infinidade de lojas que permitem que o morador encontre tudo sem precisar sair de lá, se não quiser. E não menos importante, é um lugar que se destaca pelas festas e polos gastronômicos, inclusive visitados por pessoas de outras partes da cidade.

A estrutura e a arquitetura são heterogêneas, começando pelo território que não é plano por completo, e o acesso a saneamento, que é diferenciado. Algumas favelas têm um acesso com maior qualidade, em outras é muito precário ou inexistente. Em sua maioria, as casas são muito próximas umas das outras. Em algumas localidades, elas são mais espaçosas e arejadas. Em outras, extremamente vulneráveis e pequenas. E, ainda, há os que sequer têm casas, pois existe uma população em situação de rua em alguns pontos das favelas. Quanto aos serviços públicos, somando creches, espaços de desenvolvimento infantil e escolas públicas, há 42 unidades. Clínicas da Família, existem seis, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSI). Também conta com uma Lona Cultural e uma Vila Olímpica. E em relação à população, tem uma expressiva população nordestina; mais mulheres do que homens; e o predomínio de pessoas negras e pardas.

Assim como as outras favelas do Rio de Janeiro, a Maré viveu a intensificação do aparato de guerra sobre ela, entre os grupos civis armados, ou com as grandes operações policiais. No período dos grandes eventos como a Copa do Mundo, no ano de 2014, a Maré foi invadida pelo exército, sob a alegação de que iriam pacificar e preparar o território para a implementação da UPP. Os moradores tiveram que lidar com soldados armados, tanques de guerra e tiroteios durante um ano e cinco meses. Por fim, um alto gasto foi realizado pelo

governo em suas três instâncias, mas, após os grandes eventos na cidade, o exército saiu e não houve a implantação das UPP (MARTINS, 2019).

4.1 OS AGENTES SOCIAIS DO ESTUDO

Ao pensar na favela, principalmente em grandes complexos de favelas, pode-se refletir sobre a violência que interfere na dinâmica do lugar. No entanto, compreendendo que esse território realiza diversos movimentos, esta pesquisa foi em busca de “agentes sociais” que atuam diretamente na Maré, na busca de entender como é a dinâmica desse território, que não tende somente para a violência e morte, mas para muitas formas de se viver.

Inicialmente, foi feito um breve levantamento em alguns *sites* e redes sociais, pois não há um lugar que tenha registrado esses dados consolidados. Foram encontrados nove ONG, um museu, e seis coletivos. Porém, o número pode ser maior, visto que existem organizações com menos recursos financeiros ou estruturais para ter um *site* ou uma rede social, assim como atuações com alcance menor das que foram alcançadas nessa busca.

Essas organizações são muito atuantes no território, e próximas dos moradores. Elas têm projetos que envolvem atividades de educação, como preparatórios escolares, aulas de língua estrangeira, de informática, de música, de esportes, dança, entre outros. As organizações religiosas também são muito expressivas no território; há muitas igrejas, e algumas construíram projetos sociais, como as outras organizações já citadas.

Segundo o censo realizado pela ONG Redes da Maré, no ano de 2019, o percentual de católicos na região era de 47,2%; os evangélicos somavam 21,2%; os que se declararam espíritas ou espiritualistas corresponderam a 0,7%; os de religiões afro-brasileiras 0,5%; e a porcentagem dos que informaram não ter religião foi de 29,1%. De maneira geral, é expressivo no território o número de igrejas católicas ou protestantes (REDES DA MARÉ, [2019]).

Entendendo o protagonismo dessas organizações no território, religiosas ou não, esta pesquisa foi em busca de compreender as respostas construídas por elas frente às dificuldades encontradas no território, mais especificamente, referentes às políticas de morte que se expressam de diversas maneiras. Assim, foram buscadas três organizações diferentes, um coletivo, uma ONG e uma igreja, os quais estão sendo entendidos como “agentes sociais”.

O principal critério de escolha foi o desenvolvimento de trabalhos que envolviam respostas territoriais perante as violações e violências decorrentes do Estado, e uma atuação direta com a população. As três organizações escolhidas foram criadas por iniciativa de

moradores, e constroem soluções coletivas junto com a população. A proximidade com o território e seu cotidiano, e com os moradores, torna a atuação dessas organizações, e consequentemente, desses agentes, muito particular, e reforça a experiência em comum com os moradores. Além disso, a maioria das pessoas que atuam nessas organizações são moradores do território, o que reforça uma visão mais real e próxima das necessidades e potencialidades da Maré.

Os primeiros contatos com as lideranças dessas organizações foram feitos de maneira remota pelo WhatsApp. Este aplicativo foi uma ferramenta essencial na pesquisa, para contato com os possíveis participantes. Apesar de a pesquisadora já ter contato com algumas dessas lideranças, com outras foi necessária uma interlocução com pessoas-chave para conseguir acessá-las.

4.2 PROCEDIMENTOS

Esta dissertação fundamenta-se na metodologia qualitativa, com análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante. A pesquisa de campo ocorreu entre novembro de 2020 e março de 2021, no Complexo de Favelas da Maré.

Na abordagem qualitativa busca-se interpretar os fenômenos sociais e os sentidos que as pessoas lhes atribuem, sendo possível demonstrar a existência de diferentes práticas ou representações. Esta abordagem propicia a identificação de elementos que não receberiam ênfase em termos quantitativos, mas que se mostram decisivos em termos operacionais, prospectivos e estratégicos (POPE; MAYS, 2009).

O primeiro método utilizado foi a análise documental, que permite uma dimensão do tempo à compreensão do social e favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, práticas, entre outros (CELLARD, 2010), proporcionando uma gênese até o momento atual. Para esta pesquisa, foram buscados documentos públicos não arquivados, em *sites* e redes sociais vinculadas a organizações que atuassem na favela. Assim, espera-se levantar as principais frentes de trabalho e demandas da população, a fim de ampliar informações que dessem base às entrevistas.

A escolha da entrevista se deu por permitir uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais, possibilitando uma compreensão e um conhecimento interno dos dilemas de grupos ou pessoas, de forma a facilitar o acesso à experiência dos atores pesquisados. A entrevista viabiliza o acesso a informações e temas pertinentes para o objeto de pesquisa, bem como fornece informações que são construídas no diálogo com o

entrevistado e que tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a sua realidade. Esses dados, segundo alguns cientistas sociais, são denominados “subjetivos”, pois só podem ser adquiridos com a contribuição da pessoa, representando ideias, crenças, opiniões, sentimentos, condutas, projeções, razões conscientes ou inconscientes, comportamentos, entre outros. As entrevistas oportunizam não só um aprofundamento nos tópicos da pesquisa, como podem revelar novas áreas e ideias não previstas inicialmente. Para esta pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado pode discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (BRITTEN, 2009; MINAYO, 2016; POUPART *et al.*, 2008).

A observação participante é um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, a fim de realizar uma investigação científica. Desse modo, coleta dados durante sua observação e interlocução nos territórios, proporcionando uma vivência não só na vida social, mas no cotidiano e no cenário cultural de um grupo ou organização, assim como a compreensão das situações vividas e das maneiras que se comportam frente a elas, e a partir de vivências e diálogos, consegue entender as interpretações realizadas pelo grupo, resultando numa melhor compreensão do contexto de pesquisa e coleta de dados. Esse método, além de proporcionar ao pesquisador uma coleta de dados expressiva e menos rígida, auxilia em descobrir e testar hipóteses, antes ou durante o processo de pesquisa. E ao fazer parte do contexto da observação, o pesquisador acaba por interferir de alguma forma no contexto e é modificado por este (BECKER, 1993; POPE; MAYS, 2009).

Em decorrência da pandemia da COVID-19, algumas mudanças foram necessárias para a realização da pesquisa de campo, como a observação participante e as entrevistas, pois havia a necessidade de grande rigor nos contatos presenciais para não haver transmissão do vírus.

Becker (1993) elucida que, em alguns processos de pesquisa, as soluções de alguns problemas podem ser improvisadas, desde que não se ignorem os princípios gerais importantes. A reinvenção que pode se apresentar no processo de pesquisa foi muito presente nesse período, com as adaptações exigidas pela pandemia. Devido à necessidade do distanciamento social, foi ofertado aos participantes a possibilidade de a entrevista ocorrer remotamente, e foi solicitado às organizações que a observação participante também fosse realizada de forma remota nas redes sociais utilizadas por eles. Outro ponto a ser destacado é que a pesquisadora, por ser moradora da Maré, pôde realizar algumas observações, mesmo não sendo possível estar presencialmente dentro das organizações.

Novos formatos de pesquisa de campo se deram com as mudanças vividas em um ano pandêmico. Houve momentos de baixa no número de contaminados e de mortes, o que permitiu flexibilizações nas medidas de isolamento e, conseqüentemente, que as entrevistas ocorrerem de forma presencial, mas também houve momentos de alta de números de casos, quando só foi possível realizar as entrevistas de maneira remota pela internet.

A pesquisa cumpriu as seguintes fases:

Primeira fase: estudo preliminar e provisório do território, mediante análise documental, a fim de levantar os “agentes sociais” existentes e suas frentes de trabalho. Nesse processo, foram encontrados artigos e dissertações publicados sobre a Maré, assim como publicações de coletivos e ONG, sobre o território, o que reafirmou o protagonismo desses agentes, que, além de desenvolverem trabalhos sociais, também produziam dados sobre o território.

Segunda fase: foi feito o contato com os agentes sociais, e o critério de escolha destes foi o desenvolvimento de trabalhos que envolviam respostas territoriais frente às violações e violências decorrentes do Estado. Por fim, foi escolhida uma ONG, um coletivo e uma instituição religiosa.

Com o advento da pandemia, essas organizações responderam de forma mais direta à necessidade da população, com a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene, e tal fato reafirmou ainda mais a escolhas destas, porém tornou o processo mais moroso. Com a grande demanda de trabalho que estavam tendo, foi mais difícil ter as respostas aos contatos realizados.

Os primeiros contatos com as lideranças dessas organizações foram feitos via WhatsApp. Esse aplicativo foi uma ferramenta essencial na pesquisa, para o contato com os possíveis participantes, haja vista a impossibilidade de encontros presenciais. No primeiro contato, foi explicado sobre o que era a pesquisa e verificou-se sua disponibilidade de participação, e com o aceite foi feita a solicitação da assinatura do termo de anuência.

Terceira fase: houve a realização da observação participante, que se deu nas redes sociais que cada instituição relatou utilizar para se comunicar com a população, assim como ocorreu a observação da pesquisadora, que mora no local. A instituição religiosa informou que o Facebook foi uma das ferramentas mais utilizadas para se comunicar com as pessoas. No coletivo, um *site* e um perfil no Instagram foram criados para se comunicar com a população e com apoiadores, bem como um número de WhatsApp, que foi uma das principais formas a que a população recorreu para entrar em contato solicitando ajuda. Na ONG, havia um *site* e um perfil no Instagram, que já eram muito utilizados para a comunicação com a

população e os apoiadores, mas com a grande demanda de informação durante a pandemia, ampliaram o atendimento incluindo o WhatsApp, criando, inclusive, uma plataforma com diversos profissionais para atender aos moradores.

Quarta fase: ocorreram as entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A), com a finalidade de identificar a atuação dos agentes, as principais demandas que chegam até eles, e seus desdobramentos e encaminhamentos realizados.

A seleção dos participantes para as entrevistas foi feita de forma intencional. As lideranças que foram contactadas inicialmente indicaram os responsáveis pelos projetos ou pessoas que trabalhavam diretamente com alguns setores. O critério de inclusão dos entrevistados era trabalhar nas organizações pesquisadas, independente de ser ou não morador, e aceitar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICES B e C).

Ao final foram realizadas 14 entrevistas, sendo cinco presenciais e nove remotas. As entrevistas presenciais ocorreram no local de trabalho dos entrevistados. Na igreja e na ONG, as entrevistas foram presenciais e remotas. Já no coletivo, todos foram entrevistados de forma remota, e isso se deu por estarem se organizando em relação a uma sede, assim como as pessoas que foram alcançadas pela pesquisa nesse coletivo estavam em trabalho remoto ou híbrido durante a pandemia.

No total, foram 12 mulheres e dois homens entrevistados, com idades entre 22 e 50 anos, das quais quatro se autodeclararam negras; quatro pessoas, pardas; e seis pessoas, brancas. Todos cursaram ou estavam cursando ensino superior e nove declararam ter pós-graduação.

Quinta fase: análise dos dados coletados nas fases anteriores.

4.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi feita de acordo com a abordagem qualitativa, utilizando as técnicas de análise documental, observação participante, e entrevistas semiestruturadas.

A seleção dos participantes para as entrevistas foi realizada de forma intencional para obter os “agentes sociais” que atuassem nas organizações pesquisadas. O critério de escolha desses agentes era que estivessem vinculados às organizações pesquisadas, que tivessem idade acima de 18 anos, e que aceitassem assinar o TCLE (APÊNDICES B e C). Os critérios de exclusão para a participação na pesquisa foram: ter menos de 18 anos ou não atuar diretamente como agente social no território da Maré.

As entrevistas foram feitas com a garantia de privacidade e sigilo. Foi assegurado aos participantes que não haveria nenhum tipo de problema ou constrangimento caso não aceitassem participar.

Na análise de dados, foi feita a sistematização em eixos e categorias, para auxiliar na análise e nas respostas às questões da pesquisa. Dessa maneira, inicialmente foram sistematizadas as informações da análise documental e da observação participante. Ao término das entrevistas, estas foram transcritas e separadas por organização. Na transcrição de cada entrevista foram ressaltadas por cores diferentes as seguintes categorias: território; necropolítica; ação social e política; experiência; conhecimento popular; e cuidado. Desta forma, foi possível analisar mais detalhadamente as perspectivas e a atuação das organizações (DESLAURIÉS; KERISIT, 2008; GIL, 2008).

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa teve início em novembro, após o projeto ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), em 25/09/2020, sob o Parecer nº 4.300.803. Foram atendidos os preceitos éticos preconizados pela Resolução nº 466/2012 para pesquisas realizadas com seres humanos (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2013).

Os sujeitos participantes receberam informações sobre o estudo e sobre os possíveis riscos. Nas entrevistas presenciais foi apresentado o TCLE (APÊNDICES B e C), e solicitada a assinatura do participante; uma via foi entregue ao participante e a outra ficou com a pesquisadora. Nas entrevistas remotas, o TCLE foi lido no início da gravação da entrevista, e enviado por e-mail aos participantes. Durante todo o processo foi garantida a liberdade de participação ou não, assim como de desistência a qualquer momento dos participantes.

Na redação da dissertação, a identidade dos sujeitos foi preservada e o nome de cada um foi substituído por um nome fictício.

5 EM DIÁLOGO COM O TERRITÓRIO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a compreensão dos resultados expressos no processo de pesquisa, iniciou-se com o tópico “Iniciativas locais e suas atuações”, em que foi descrito como os primeiros contatos foram feitos com as iniciativas convidadas, e como foi realizá-los em um período pandêmico. Nesse tópico, ainda foi feita a caracterização das iniciativas convidadas, e como elas se iniciaram e construíram seus projetos.

No segundo tópico, intitulado “Dificuldades e limites das iniciativas”, foram discutidos os desafios que esses agentes sociais trouxeram no decorrer das entrevistas, e como construíram alternativas e lutas frente às suas dificuldades. No mesmo tópico, foi abordado sobre a pandemia, e seus impactos no Complexo da Maré e no trabalho das iniciativas. Por fim, discorreu-se sobre o expressivo protagonismo das mulheres no processo de pesquisa, no território e nas iniciativas participantes.

5.1 INICIATIVAS LOCAIS E SUAS ATUAÇÕES

Todas as organizações que aceitaram participar da pesquisa têm um trabalho com os moradores, no enfrentamento das dificuldades decorrentes das políticas de morte. Porém, seus perfis são muito característicos, assim como suas origens. A primeira a ser apresentada será a igreja, pela qual se iniciou a pesquisa de campo.

Apesar do crescimento das igrejas pentecostais nos espaços da favela, a pesquisa ocorreu em uma igreja protestante não pentecostal. Após a conversa inicial para verificar a disponibilidade deles em participar da pesquisa, realizada com o pastor, este levou o projeto de pesquisa para a reunião do conselho da organização, onde tomam as decisões de forma coletiva para a igreja. O conselho é formado por homens e mulheres que têm algum cargo de liderança. Para a avaliação do conselho não foi necessária a presença da pesquisadora, de modo que o próprio pastor apresentou a ideia, tendo a pesquisa sido aprovada.

Essa organização é de uma denominação protestante, que tem uma característica histórica de democratização nas decisões, isto é, dificilmente o líder toma decisões sozinho. Tem uma atuação de mais de 50 anos na Maré, bem como diversos projetos sociais que envolvem educação, atividade física, atendimento psicológico e dança.

Os projetos atingem um número expressivo de moradores e, em sua maioria, são gratuitos ou a preço social. Apesar de não terem um número exato, alguns entrevistados trouxeram uma contagem aproximada dos participantes em seus projetos. No treino funcional

foi relatado ter em torno de 100 alunos, no projeto de psicologia já houve uma fila de espera de 70 pessoas, nas turmas de balé 100 inscrições, já no pré-vestibular o número é incerto, pois não foi possível entrevistar a pessoa responsável. De maneira geral, é significativa a quantidade de pessoas circulando nos projetos ou tentando se inserir neles.

A estrutura física da igreja auxilia na incorporação desses projetos, pois tem um prédio de quatro andares, e no último andar há uma grande laje coberta, além de diversas salas com tamanhos variados. Os projetos são abertos a qualquer pessoa, independente de ser da igreja. De acordo com seu dirigente, Roberto, os projetos sempre são construídos considerando as necessidades da igreja e da favela.

Ao serem questionados sobre qual o canal mais utilizado para a comunicação com os membros e os moradores, estes informaram que era o Facebook, sobretudo com o advento da pandemia, durante a qual ocorreu a diminuição ou paralisação de alguns contatos presenciais. A organização já utilizava as redes sociais para se comunicar com seus membros, mas com a pandemia esse uso se tornou mais expressivo, principalmente porque as celebrações religiosas presenciais foram suspensas em março de 2020.

Quando a observação participante se iniciou, no mês de outubro, as celebrações já haviam retornado na modalidade presencial, mas com distanciamento social e cumprindo as exigências sanitárias como medição da temperatura, utilização de máscara e álcool em gel. Com o número reduzido de lugares, as celebrações continuaram a ser publicadas na página da internet, para os que não conseguissem ir ou não quisessem estar presencialmente poderem participar.

Na página, há mais de 2.000 curtidas, informa a visão da instituição, que envolve preceitos da fé cristã, e informa que atualmente contam com mais de 300 membros. Nas publicações havia informes, pedidos para a campanha de doação de alimentos, para as cestas básicas, além de informações sobre cuidados contra a COVID-19, com fotos de pessoas passando álcool em gel ou usando máscaras. Também foi possível observar a troca de mensagens, o compartilhamento de palavras, vídeos e fotos.

Foram realizadas cinco entrevistas, três presenciais e duas remotas, com dois homens e três mulheres, que se autodeclararam, em sua maioria, brancos. Quando a pesquisa foi a campo, além das celebrações, duas outras atividades desenvolvidas pelos projetos haviam voltado – o treino funcional e o atendimento psicológico. Estas foram priorizadas nas flexibilizações, pois foram entendidas como essenciais em um momento pandêmico, para auxiliar na saúde física e mental das pessoas que por tanto tempo estiveram isoladas.

As entrevistas presenciais ocorreram durante a semana, dias em que há uma menor circulação na organização. A pesquisadora do presente estudo foi convidada a realizá-las no ambiente em que cada projeto ocorria. Com a assistente social responsável pelas cestas e pelos projetos, a entrevista ocorreu dentro da sala em que estavam as cestas de alimentos. Com o professor do treino funcional, a entrevista foi realizada durante um treino na laje da igreja, enquanto as alunas faziam os exercícios com o estagiário.

Durante o processo de pesquisa, foi possível perceber algumas práticas coletivas na igreja, principalmente entre seus membros, como a distribuição de cestas básicas, pois antes do período da pandemia já era uma prática destes. Já os projetos sociais, como o balé, o treino funcional, o atendimento psicológico e o pré-vestibular podem ser entendidos como ações coletivas, pois, para que ocorressem no espaço da igreja, um grupo de liderança teve que aceitar a realização da pesquisa. Em todos os projetos que funcionam na igreja, não há nenhuma cobrança de valor pelo espaço cedido.

De maneira geral, os entrevistados demonstraram a perspectiva social e cristã. Relataram que a igreja tem um dever social com a comunidade em que está inserida. Alguns pontos chamaram a atenção, como a fala da Camila, assistente social que trabalha na liderança da ação social da igreja. Segundo ela, um dos objetivos da igreja é:

[...] estar se envolvendo mais, e conhecendo algumas coisas, mas a gente tem muito cuidado com quem a gente se envolve, e também, porque a gente como instituição religiosa, como também, dependendo as pessoas se misturam com algumas coisas, e a gente não usa de política, e não libera púlpito para político nenhum, então a gente tem algumas questões.

Diferente da crescente aproximação da política com as igrejas cristãs, esta igreja parece não querer se envolver diretamente nessas questões. Mas tal fato não descaracteriza as ações políticas que exercem, pois ser político não implica somente atuações com partidos políticos, mas também ações que envolvam preocupação com o bem-estar da população.

Para Valla, Guimarães e Lacerda (2006), a religião pode ser entendida como uma forma de apoio social das classes populares, especialmente as igrejas evangélicas que são frequentemente procuradas pela população para enfrentar os impasses e tentar solucionar problemas de saúde, que muitas vezes não são acolhidos nos serviços públicos de saúde. Um exemplo desse fato é a saúde mental. segundo o dirigente da igreja, Roberto, a grande quantidade de pessoas que precisavam de acompanhamento psicológico e que iam conversar com ele o fez buscar profissionais da saúde, e a partir disso, criar um projeto de atendimento psicológico.

[...] aí, conversando com agentes comunitários de saúde, conversando com o pessoal do posto, o que tinha eram atendimentos em grupo, né, não tinha atendimento individual, e aí a gente teve a ideia de aproveitar alguns psicólogos que a gente tinha aqui na igreja e iniciar esse projeto, e para mim é um dos projetos que eu mais admiro aqui na igreja, ser a igreja esse espaço de atendimento, então esse projeto é incrível.

Durante o processo, foi perceptível que a maior parceria externa que conseguiram foi na saúde. Como colocado na fala de Roberto, havia alguma proximidade para tentar entender melhor por que determinadas situações chegavam à igreja, mas não à unidade. Foi relatado, também, que em anos anteriores houve ações pontuais como mutirões de atendimento multiprofissional com voluntários internos e externos à igreja, e em um desses a clínica esteve presente vacinando e recolhendo preventivos. Além da saúde, a igreja informou ter tentado parcerias com cursos técnicos, mas essa ainda não havia se concretizado.

Nem sempre é possível trazer alternativas ou soluções, como ocorreu na situação em saúde mental, mas é possível cuidar dessas pessoas mesmo sem uma resposta direta para o problema. De acordo com Valla, Guimarães e Lacerda (2006), a convivência contínua permite que essas lideranças, nesse caso esses agentes sociais, alcancem uma percepção das condições de vida que poucas pessoas têm, pois eles conhecem em profundidade o modo de agir em face da violência e as formas de solidariedade perante as necessidades dos seus vizinhos. Assim, vão construindo cuidados, soluções e direções para os problemas e dificuldades encontrados na favela.

O segundo agente social participante da pesquisa foi o coletivo. Este se organizou durante a pandemia para lutar no enfrentamento da COVID-19. Foi formado por alguns coletivos já existentes na Maré, que são voltados para a comunicação comunitária.

A comunicação comunitária é construída no âmbito de movimentos populares e comunidades diversas. Possui um caráter educativo, mobilizatório, cultural e sem fins lucrativos. Dessa forma, constitui um canal de comunicação pertencente à comunidade (GIANNOTTI, 2016).

Martins (2019) explica que os comunicadores comunitários não só comunicam, mas refletem e mobilizam a população local, assim como valorizam a identidade local e a defesa dos direitos humanos. Geralmente, usam ferramentas como jornais, *sites* e páginas das redes sociais.

São os coletivos e movimentos de comunicação comunitária na Maré que denunciam as violações e violências do Estado e comunicam informações ao público. No período de

pandemia, esses coletivos se viram com uma grande missão: comunicar sobre os cuidados em relação ao novo coronavírus na favela.

Conseguir o contato com essa frente de coletivos foi um pouco difícil em relação às outras organizações, pois a pesquisadora não tinha um contato próximo com as pessoas que participavam do coletivo, e em virtude da grande quantidade de trabalho em que estavam envolvidos nesse período.

Demorou dois meses para agendar uma conversa mais formal e efetivamente verificar a possibilidade de a pesquisa poder ser realizada com eles. A conversa se deu com uma das organizadoras que estava na busca de parcerias e dinheiro para a realização das ações que envolviam comunicação comunitária, distribuição de alimentos e produtos de higiene para os moradores.

Inicialmente, a frente se formou com três coletivos de comunicação comunitária. Estes já existiam antes da pandemia, e com trabalhos distintos, mas se uniram em busca de ajuda no combate ao novo coronavírus, com o intuito de trazer uma comunicação acessível, que fosse de encontro à realidade que as pessoas vivem na favela. Aos poucos, outras organizações se uniram a eles, incluindo voluntários, chegando ao número de 70 pessoas trabalhando. Colocaram que iniciaram sem nenhum dinheiro, e que foram aos poucos buscando ajuda e parcerias.

Nesse processo de campanha, criaram redes sociais e um *site* para divulgação do trabalho. No *site*, há informações sobre quando o coletivo foi formado e quais os objetivos da campanha. Lista também quais coletivos e parceiros fizeram parte dessa construção. O *site* é composto por pequenos textos com leitura fácil e rápida, com vídeos e fotos que se intercalam entre os textos. Além de prestar conta do que já foi feito, o *site* disponibiliza dados sobre a situação brasileira atual e pede doações para esse momento que ainda é crítico. Nas fotos e nos vídeos divulgados, destaca-se a quantidade de jovens que estiveram de frente no trabalho, utilizando um grande aparato de equipamento de proteção individual como máscaras, protetores faciais e macacões de proteção. Nesses vídeos são divulgadas ações de distribuição de alimentos e de divulgações nas ruas com a colocação de faixas.

O coletivo utilizou a maior parte das redes sociais disponíveis para divulgar seu trabalho e para pedir doações. O Facebook, o Twitter e o Instagram tinham publicações iguais, porém com número de interações e seguidores diferentes. No Facebook, o número de curtidas e de interações era menor em relação ao Twitter e ao Instagram. Já o YouTube foi utilizado para a divulgação dos vídeos, sendo que o conteúdo desse canal era o mesmo do *site*.

Entre parcerias e apoiadores citados no *site*, foram contabilizados 50, entre eles coletivos, ONG, movimentos sociais, institutos, e organizações federais.

Foram realizadas quatro entrevistas nesse coletivo, todas remotas, e com mulheres, que em sua maioria se declararam negras e pardas. O coletivo não tinha uma sede física, mas sim um espaço cedido por uma ONG para depósito das cestas básicas. Quando a pesquisa estava em campo, o coletivo já havia saído desse espaço físico e estava em número menor por já não estarem mais distribuindo insumos. Outro ponto a ser ressaltado é que nesse coletivo havia pessoas trabalhando de forma presencial e remota, e todas as pessoas alcançadas pela pesquisa eram as que atuavam remotamente.

As pessoas que estavam de frente nas organizações tinham outros trabalhos, dentro ou fora da Maré, mas, mesmo assim, se dispuseram a incluir mais um, de forma voluntária, para auxiliar a população nesse momento difícil. Alguns entrevistados colocaram que a favela se autoprotege, e que se não fosse o “nós por nós”, a situação seria muito mais difícil. De maneira geral, também trouxeram uma perspectiva política e social no discurso, abordando questões de gênero e racismo.

Alcançaram 4.000 famílias diretamente e distribuíram 8.000 cestas básicas, além de produtos de higiene, limpeza, e distribuição de máscaras, álcool em gel e alimentos orgânicos. Esses números foram divulgados no *site* até o momento em que a pesquisa de campo se encerrou em março.

O terceiro agente foi a ONG. A organização tem mais de 20 anos de atuação na Maré, e começou a partir da iniciativa de moradores e ex-moradores que perceberam a necessidade em educação, organizaram-se e formaram um pré-vestibular comunitário. Essa primeira iniciativa foi de encontro à realidade encontrada naquele momento de pouquíssimos moradores de favela na universidade. Depois disso, perceberam outras demandas e construíram diversos outros projetos envolvendo eixos de arte, cultura, desenvolvimento territorial e direito à segurança pública. A pesquisa ocorreu em um dispositivo criado por eles para o desenvolvimento territorial, e que era direcionado às mulheres, pois no decorrer dos anos entenderam ser necessário um lugar específico para elas. No prédio desse projeto há três andares, com salas de aula, cozinha industrial, um salão de cabeleireiro, uma laje e um escritório. Além dessas atividades, ainda oferece um grupo terapêutico, grupo de bordado e atendimento sociojurídico. As entrevistas, que foram presenciais, ocorreram no escritório, e durante esses encontros a única movimentação era na cozinha onde estavam sendo feitas quentinhas, estando os outros espaços sem atividade.

No ano de 2019, no informe anual da organização, constava que formaram 86 mulheres no curso de gastronomia, 84 mulheres no curso de auxiliar de cabeleireiro, e realizaram 337 atendimentos sociojurídicos.

Conseguir a autorização para a pesquisa demorou alguns meses, visto que é uma organização envolvida em diversas pesquisas, e porque estavam totalmente voltados para o combate às vulnerabilidades proporcionadas pela pandemia e encontravam-se distribuindo insumos como as outras organizações.

No *site* da organização, que contempla todos os projetos e não apenas sobre o referido dispositivo, as publicações informam sobre seu histórico de mais de 20 anos de atuação, bem como sobre os eixos que desenvolvem. Além de fotos, vídeos e notícias, há publicações de pesquisas e dados levantados no decorrer de todos esses anos de trabalho. A organização ganhou prêmios por seu trabalho anterior à pandemia e em reconhecimento pelo trabalho realizado nesse período.

Além do *site*, a ONG tem páginas em diversas redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube, Twitter, e muitas das publicações se repetem nas páginas. Suas redes sociais têm um número expressivo de seguidores, chegando à casa dos milhares, sendo o Facebook a rede com o maior número. Informam ter mais de 55 parcerias institucionais, envolvendo organizações locais, órgãos públicos, universidades, institutos, centros de estudos, ONG, dentre outros. Em relação a apoiadores financeiros, mostram 40 organizações, incluindo empresas de diversos segmentos. As informações são diversas, e as publicações, praticamente diárias, e tal fato não se dá somente por questões relacionadas à pandemia ou à campanha de distribuição de cestas básicas que ainda permanece na instituição, mas também por terem continuado com alguns projetos, mesmo que de maneira remota.

Foram feitas cinco entrevistas, três presenciais e duas remotas. Todas as participantes eram mulheres que, em sua maioria, se declararam negras e pardas. Vale ressaltar que todas foram mulheres por tratar-se de um serviço exclusivo para o sexo feminino.

Expressaram durante as entrevistas que seus projetos são construídos a partir das necessidades levantadas nos projetos já existentes, assim como por suas pesquisas. Foi dessa forma que o dispositivo destinado às mulheres foi criado, e seus cursos e atendimentos também foram construídos com base nas necessidades apontadas pela população. A ONG já realizou diversas pesquisas em parceria com universidades públicas brasileiras e estrangeiras. Demonstraram o desejo de atuar politicamente em políticas públicas para o território, e trouxeram uma perspectiva política e social, abordando questões de gênero e raça.

As três organizações participantes, apesar de terem tempo de atuação distintos no território, têm um trabalho com os moradores muito significativo, seja pelo poder de mobilização destas, seja por oferecerem recursos que o Estado não proporciona.

Durante o campo, uma parte da observação participante ocorreu de forma remota pelas redes sociais. Nesse processo foi perceptível o quanto esses “agentes sociais” conseguiram se reinventar em meio às dificuldades enfrentadas, visto que a mudança da vida presencial para a remota no período pandêmico não foi algo fácil, principalmente porque a Maré é um território que não tem uma internet com qualidade. Na Maré, a empresa telefônica que tem a licença para atuar encontra-se com o serviço cada vez mais precário. A precariedade se expressa, por exemplo, no limite de pontos de instalação na favela: quando um morador solicita o desligamento, ele é informado que é uma decisão sem volta, pois a empresa não tem mais pontos de instalação. Além disso, a internet instável é recorrente.

Observar essas redes sociais também foi um processo de reinvenção da observação participante, pois foi uma adaptação necessária diante da impossibilidade de estar presencialmente nessas organizações. De todo modo, mesmo que nem sempre com boa qualidade, a internet foi uma importante ferramenta nesse período, permitindo a aproximação de pessoas, o acesso à informação, o contato dos agentes com a população, e possibilitando que os apoiadores e doadores dessas organizações acompanhassem um pouco do trabalho realizado.

5.2 DIFICULDADES E LIMITES DAS INICIATIVAS

Durante as entrevistas, observou-se que as dificuldades para as três iniciativas do estudo eram as mesmas: saúde e educação. Apesar de terem trabalhos e algumas perspectivas diferentes, a proximidade de sua atuação com o território fez com que chegassem às mesmas questões. Relataram que nesses dois segmentos há uma grande dificuldade na qualidade e no acesso. Também destacaram o racismo, especialmente indicando-o como um elemento que prejudica a inserção dos moradores em alguns lugares, como em empregos, universidades, entre outros.

Na saúde, por exemplo, Joice, que atua na igreja e em outros projetos no território, contou:

[...] na Maré nós temos um sistema de saúde muito precário, muito precário, se eu olhar hoje eu trabalho ao lado da Clínica da Família, eu encaminho várias pessoas para a Clínica da Família, hoje não mais, eu fazia esse encaminhamento, pessoas que

precisavam de atendimento médico e psicológico, antigamente nós tínhamos lá na Maré o NASF [Núcleo Ampliado de Saúde da Família]. [...] Na própria clínica, eles faziam lá um trabalho de grupo, além do trabalho de grupo, ele fazia terapia individual, e aí ele conseguia fazer isso, esse monitoramento, né, na Clínica da Família, e a gente não tem mais isso, sabe, é muito difícil, então hoje a Maré, ela tem uma carência muito grande em questão de saúde.

Sofia, que atua na ONG, comentou que essa precariedade chega a levar à morte de algumas pessoas: “eu já atendi uma mulher que a mãe dela morreu com infecção urinária, porque ela não conseguiu atendimento, e a coisa evoluiu, evoluiu e a mãe dela faleceu, então sabe assim, isso eu acho, essa falta de acesso à saúde”.

Aline, profissional da mesma iniciativa, também ressaltou a questão da saúde, e incluiu a educação como um serviço público em que não há um investimento adequado.

[...] a principal demanda é saúde, é saúde, educação, se investisse mais em saúde, mais em educação, eu acho que mesmo que não era pra ter, mas mesmo com esses conflitos já dava para começar a mudar alguns cenários, ou alguns quadros, né, porque como estou falando, lá dentro tem a clínica, mas essa clínica que tem, ela abrange uma grande população, e é a clínica que mais está faltando insumos hospitalares, essa mão de obra, é a que mais tem dificuldade, pra poder estar suprindo a questão desses moradores, e como é que faz isso, né, vai procurar aonde.

No coletivo não foi diferente. Uma das entrevistadas, Rita, relatou que há dificuldade na educação e na saúde, mas traz que tal dificuldade não se encontra por falta de unidades, mas sim pela precariedade da assistência.

[...] muitos problemas dentro da Maré, que eu acho que permeiam toda ela, que é a educação, e saúde, a gente tem um monte de posto, um monte de Clínicas da Família espalhadas pela Maré, mas que não garantem a assistência ideal para a nossa comunidade, né, as pessoas passam por muito sufoco, consulta para marcar é uma novela, é um exame para fazer, outro problema, é tudo demorado, muito burocrático, é tudo muito ineficiente, né.

Além da saúde de forma ampla, também foi marcante nas falas dos entrevistados a saúde mental. Apontaram a dificuldade de acesso a profissionais, assim como a grande demanda dos moradores a esse atendimento. Os pedidos que chegam a essas iniciativas foram expressivos ao ponto de elas montarem projetos para responder a essa necessidade. Segundo Roberto, pastor da igreja, foi no seu trabalho de aconselhamento espiritual que ele percebeu a demanda.

[...] no meu trabalho de aconselhamento eu percebi que muitas pessoas, além de aconselhamento espiritual, elas necessitavam de tratamento psicológico, elas necessitavam de um processo terapêutico, e que isso precisava ser feito através de outro profissional ainda que eu sendo psicólogo, outro profissional precisaria atuar,

aí por isso nasceu o consultório de psicologia da igreja, a igreja conseguiu esse espaço e na época não tinha ninguém atendendo em psicologia aqui na nossa comunidade, ninguém.

Joice, que esteve à frente para montar o projeto de psicologia na igreja, explicou como foi o processo e alguns elementos que influenciam a busca das pessoas por atendimento.

[...] as pessoas vivem nesse ambiente inseguro, e esse ambiente inseguro desperta toda essa instabilidade emocional [...] montamos o projeto lá na igreja. [...] assim que nós começamos nós fizemos um cartaz, um *banner*, colocamos na porta da igreja, lá na frente, e esse *banner* ficou lá menos de dois meses, e nós tiramos esse *banner* e nunca mais colocamos, nunca mais [...] nunca mais a gente teve paz, mas no início a fila de espera era tipo 15 pessoas, 10 pessoas, naquele início, né, que a gente estava começando a atender e tal, e conforme a gente tinha a fila de espera, tinha dias na semana sobrando a gente chamava outro profissional para assumir aquele dia e dar conta daquela fila, e aí chegou claro um momento que a gente teve 40 pessoas na fila de espera e não tinha mais horários para colocar ninguém, essa fila chegou a 70 pessoas, aí a gente começou a encaminhar para um projeto em São Cristóvão.

Vale enfatizar que esse atendimento não é gratuito, e sim a um preço acessível. Mas não foi somente na igreja que essa busca por atendimento se apresentou; na ONG, Sofia relata que as mulheres solicitam bastante atendimento psicológico.

[...] sobre a saúde mental, eu acho que é muito importante assim, a gente já está com a psicologia há algum tempo [...], desde 2017, e é importante a gente ir renovando e sofisticando o que a gente faz, justamente pra, agora eu acho que a gente vai conseguir contratar uma pesquisadora, pra começar a falar sobre isso, sobre o que a gente está fazendo, sobre o que a gente está vendo, organizar isso, pegar números, e assim, sua pergunta foi se eu acho que o território solicita isso. Cara, muito, e isso pode ser explicado de várias formas assim [...] a vida aqui é muito coletivizada, né, então é muito marcante que uma mulher chegue aqui e fale “eu não quero um grupo terapêutico, eu quero um lugar só para mim”, isso é muito relevante.

A grande demanda em saúde mental retrata não só questões individuais, mas também questões do território. Viver cotidianamente a suspensão dos direitos fundamentais, e sob a exposição frequente a situações de violência, gera questões de saúde, clínicas ou mentais. A falta de acesso a profissionais e a baixa qualidade dos serviços só agravam a situação, podendo-se citar a falta de assistência, diagnóstico e orientação. A precariedade e a provisoriabilidade das políticas públicas em não proporcionarem condições de vida dignas e saudáveis é estrutural da política de morte, e não algo momentâneo (CUNHA, 2005; SCHMID; SERPA, 2019).

Além da saúde, a educação foi apontada o segundo maior desafio. Apesar da grande cobertura de escolas públicas na Maré, isso não é sinônimo de maior qualidade na educação.

Karen, entrevistada do coletivo, aborda que na Maré a questão não é a quantidade de escolas, porque há muitas, mas sim a qualidade, pois muitas são as dificuldades.

[...] na Nova Holanda, ali naqueles espaços da Escola do Amanhã, tem uma cacetada de escola ali, tem escolas de todos os níveis, mas, cara, a gente vai colocar as crianças ali dentro para as crianças não terem aula, para as crianças não terem merenda, para as crianças estarem, e até assim, falando da violência territorial que atravessa, né, a gente vai colocar as crianças em uma escola que estão no meio praticamente de uma faixa de gaza, sabe, e são coisas que estão para além do nosso controle, sabe, a gente também sabe que a construção daquelas escolas foi uma construção estratégica, né, virada para uma das vias expressas mais movimentadas da cidade, de costas para a favela [...] é muito estratégico pra mostrar as coisas.

A questão da localidade das escolas foi apontada por mais uma participante. Aline, profissional que atua na ONG, frisou a dificuldade de as escolas estarem localizadas na divisa entre facções, na chamada Faixa de Gaza.

[...] o lugar da Maré que mais tem escolas é o lugar que mais acontece os conflitos armados. Assim, a primeira vez que de fato eu entendi que ali que são as escolas, é até onde é localizado aqueles colégios do amanhã, colégios que seriam para ser integral, né, eles são exatamente localizados no lugar que é denominado de divisa, né, e que aí a escola está no meio, se não me engano ali dentro são quatro escolas, e essas escolas estão no meio, de um lado uma facção, do outro lado outra, então assim, como é que faz, como que isso acontece?

De maneira geral, os entrevistados das três iniciativas relataram que há uma carência e ineficiência na educação, bem como falta de estrutura e investimento. Mencionaram também o quanto a violência atinge diretamente a qualidade e a regularidade de acesso aos serviços públicos.

Na Maré, existem 44 serviços públicos voltados para educação. Nessa soma há creches, espaços de desenvolvimento infantil e escolas públicas. Já na saúde, há cinco Clínicas da Família, um Centro Municipal de Saúde, uma UPA e um serviço de saúde mental infantojuvenil. Mas, de acordo com a fala dos entrevistados, esses serviços não têm conseguido funcionar com toda a sua capacidade, e acabam por oferecer condições mínimas aos moradores. Esse quadro da saúde e da educação retrata em parte o que Mbembe (2018) fala sobre o poder do Estado de subjugar a vida ao poder da morte, submetendo a população a condições de vida difíceis, e minando, aos poucos, a possibilidade de vida.

A educação foi citada como algo difícil e precarizado, mas também como agente transformador. Alguns entrevistados, principalmente os que nasceram e cresceram na Maré, afirmaram que as suas perspectivas de vida mudaram a partir da educação. No entanto, a

educação à qual se referiram como o lugar onde tiveram mais perspectivas de um futuro foi a desenvolvida pelos projetos sociais e ONG, e não necessariamente pela escola regular.

Rita, entrevistada pelo coletivo, relatou o quanto a educação foi transformadora na sua história, e que só conseguiu alcançar a universidade porque fez um pré-vestibular comunitário.

É a educação que nos forma para o mundo, né, então assim, como você vai lidar com o mundo lá fora se você não tiver minimamente um pouco de instrução, né, é complicado [...] Um dos caminhos, acho que o principal caminho é a educação, é ele que te abre portas por aí, então sem educação fica muito difícil você lidar com tudo que a gente está vivendo hoje, né, muito difícil mesmo. [...] na minha história ela é fundamental, e foi importante demais. A gente está vindo em constante processo de construção diária, eu sou a primeira universitária da minha família, da minha casa, e venho de uma família de cinco irmãos, né, meu pai e minha mãe são analfabetos, eu sempre estudei em escolas da Maré [...] e isso se não fosse o terceiro setor me auxiliando eu não conseguiria entrar em uma faculdade, meu ensino médio foi muito fraco, eu tenho consciência disso, porque quando eu entrei em um pré-vestibular, eu falei: “gente, eu não sei nada, eu estou perdida”, é surreal.

Para Vivian, outra integrante do coletivo, o pré-vestibular foi fundamental não só para acessar a universidade, mas para escolher a sua profissão: “fiz parte do pré-vestibular comunitário [...], é uma organização que existe na Maré há muitos anos, no pré-vestibular eu senti a vontade de fazer jornalismo”.

Essas iniciativas como o pré-vestibular, entre outras voltadas para educação, arte, cultura e cursos profissionalizantes, possibilitam que os moradores desenvolvam e conheçam novas potencialidades e possibilidades para sua vida. Flávia, que também é do coletivo, trouxe seu olhar de “fora”, já que veio morar na Maré em definitivo já adulta. Ela percebe o quanto os projetos desenvolvidos pelas iniciativas locais fazem diferença na vida dos que acessam esses espaços.

[...] os meus amigos eles não são a massa, eles não são a maioria, eles são uma exceção, eles são pessoas que tiveram acesso a projetos culturais, e que conseguiram levar eles a inúmeras formas de expressão, então boa parte deles são cantores, dançarinos, são dramaturgos, roteiristas, diretores, fotógrafos, são artistas, acadêmicos, estudiosos, sabe, incríveis, pessoas que estão finalizando a graduação, mas que eu acho que deveria estar dando aula na universidade, sabe, tamanha a potencialidade, tamanho o conhecimento que aquela pessoa tem, de visão e lucidez, sabe, e isso tem relação em parte com o convívio desse coletivo, com convívio com projetos sociais [...] nessa potencialidade, nesse pertencimento, ele vem através dessa contranarrativa, a partir do momento que eles se formam, eles conseguem construir uma contranarrativa, contra a criminalização de dizer que essas pessoas não merecem sofrer o que elas sofrem.

No processo de pesquisa, foi perceptível que a política de morte se dissemina de muitas maneiras. Além das dificuldades de acesso a serviços públicos, os moradores da favela sofrem com o racismo, que, inclusive, é um dos pilares dessa política. O racismo, assim como o seu combate, surgiu durante as entrevistas de forma direta e indireta.

Arlinda, profissional que atua na ONG, mencionou que a sociedade racista faz com que pessoas que não moram na favela, sobretudo pessoas brancas, venham querer ditar o que é melhor para o território. Mas, em meio a esse cenário, há moradores que tensionam essas colocações, e não as aceitam passivamente.

[...] é porque assim, a gente está falando de uma sociedade racista, uma sociedade xenofóbica, né, a gente está na Maré que é uma favela nordestina, essa coisa do indígena com o preto, do preto, muita gente branca também, mas tem suas peculiaridades, entendeu, e aí eu acho que, cara, não dá para uma monte de branco chegar, sei lá, vindo de Copacabana, ou Botafogo e Laranjeiras, e falar o que a gente vai fazer, porque é isso, essa realidade está dada, é uma realidade xenofóbica, racista e todos os lugares têm isso, só que é isso, são organizações para dentro da favela, e eu acho que a gente favelado que tem consciência disso, acho que depende da personalidade da pessoa, mas assim, quem pode fazer eu acho importante, que é tensionar, é tensionar isso, porque são espaços que estão lá, e estão falando que é para a gente, então vai ser pra gente, assim, tem que ser para a gente.

O racismo contra a favela se mostra de múltiplas formas, como, por exemplo, com punições e criminalização exclusivas para esses territórios. Karen, participante do coletivo, fez uma importante reflexão a respeito de uma notícia que havia sido veiculada na época da entrevista. Ela colocou que, na pandemia, muitas atividades com grande público estavam proibidas, mas que a punição e a midiaticização do que ocorria vinham sobre a favela.

[...] hoje por exemplo, saiu uma notícia de vários MCs, DJs que receberam ordem de prisão porque estão promovendo festas e bailes dentro de favela, enquanto a gente está vendo a vitrine no Leblon, a gente está vendo várias casas de show na Barra, no Recreio que estão aglomerando todos os dias, e o organizador vai receber uma multinha que é metade do valor que ele arrecada em uma noite de festa, então é muito válido para ele que ele continue promovendo evento, que ele vai continuar recebendo dinheiro e está tudo certo, então a minha preocupação, e eu não sei muito bem como trabalhar isso ainda, mas é fazer as pessoas enxergarem que a gente está morando na favela, a gente está sendo criminalizado a todo momento.

Além de querer impor o que o outro deve fazer ou ser, de criminalizar corpos, o racismo impõe limites diretos de acesso, como, por exemplo, a empregos, uma vez que morar na favela pode dificultar o ingresso em algumas oportunidades. Rita, do coletivo, relatou que cresceu ouvindo que não poderia dizer onde ela morava.

[...] a gente já é excluído lá fora, e excluído aqui dentro também, então pra onde que a gente vai? Eu cresci muito ouvindo assim, se você for preencher um currículo não coloca que você mora na Maré, coloca que você mora em Bonsucesso, qualquer outra área, aí você imagina, a gente cresce e vive reproduzindo isso, e com isso você nunca vai sair daqui, né, você nunca vai poder falar que mora na Maré, pra viver um emprego lá fora, então assim, é muito desumano isso, sabe.

Viver sob essas desumanidades provoca diversas questões na vida das pessoas, entre elas a dificuldade na autoestima. Sabrina, que tem um projeto de balé na igreja, citou o quanto as pessoas não ambicionam coisas grandes por não acreditarem que são capazes. Associou essa falta diretamente à forma como o Estado as trata, como corpos que só merecem tiros.

[...] eu vejo responsáveis que não acreditam que a família deles, a família deles pode ir para fora, porque eles não conseguiram sair dali, por falta de oportunidade, por falta de conversa, por falta de abrir a visão, por falta de olhar lá para fora, como se aqui o mundo dentro da favela se bastasse [...] os meus sonhos não podem ser alcançados, a minha capacidade de estudar em uma faculdade, minha capacidade de conquistar um lugar mais alto, de conquistar uma casa melhor, de eu ir para fora, de eu fazer um teste de balé e alcançar uma escola lá nos Estados Unidos, eu não posso porque eu nasci na favela, no Complexo da Maré, e o Estado não acredita em mim, e ele só acredita em mim que a única coisa que eu mereça é uma operação com tiro e helicóptero [...] eu não consigo resumir em uma palavra o que eu vejo de necessidade dentro da Maré, eu fico muito chateada como uma moradora, fico muito chateada como uma fundadora de projeto, pela falta de valorização que o Complexo da Maré tem pelo olhar político aqui dentro, como se a gente fosse meros lixos, que merecem o mínimo possível para dizer que estão sendo aceitos pela sociedade, porque a gente mora em uma parte mais pobre do estado, sabe.

O racismo é estrutural, e vai se apresentando de diversas maneiras no dia a dia. Não por acaso essas falas se repetiram. O Complexo da Maré é composto predominantemente por pessoas pretas e pardas, e como já apontado anteriormente, nesses territórios há ações que são direcionadas de modo diferente de outros espaços da cidade. O racismo, ao mesmo tempo que é tão explícito, fica encoberto, pois os mitos da periculosidade, que se colocam sobre o território, acabam por “justificar” o comportamento racista da sociedade para com esse lugar. Os moradores, em contrapartida, vão buscando alternativas para viver em meio a essas violências, que se perpetuam nas relações e nas instituições dentro ou fora da favela. Como enfatizado nos relatos, o racismo não permite que se sonhe conhecer ou acessar lugares diferentes, mas impõe que se esconda o lugar onde se mora, que os moradores se submetam às ideias de pessoas brancas de bairros abastados e que fiquem atentos, pois o corpo e o território onde vivem podem ser a todo momento criminalizados. Todo esse cenário provoca inúmeros sofrimentos subjetivos, e até mesmo na saúde clínica dessas pessoas.

Em algumas falas, foi possível perceber algumas atitudes na busca de ir contra essa estrutura racista, de forma direta e indireta. Ana, que atua na ONG, entende que as favelas

têm pautado atitudes antirracistas e levado esse tema à cidade por meio de discussões sobre identidade, território, entre outros temas, e que a Maré tem certo protagonismo nessas discussões.

[...] então tem essa formação identitária também que fala dessa cultura que é forte aqui. A Maré é negra, então tem isso de potente de discutir, por exemplo, identidade, cidade, antirracista. A gente está nesse processo, né, de estar pautando isso. Isso para mim é incrível, é isso, se a gente tem mil e tantas favelas no Rio de Janeiro, a gente está exatamente nessa linha de frente, e aí a gente está também de potente porque a Maré é isso, 140 mil habitantes, segundo maior bairro, isso fala muito desses números loucos que formam como a gente vai mudar.

Outra forma apontada como uma atitude antirracista é a preservação da memória e da cultura dos favelados, a fim de auxiliar na construção de uma contranarrativa construída para esses territórios e pessoas.

Ninguém merece, ninguém merece, nenhum ser humano merece, então construção dessa contranarrativa, seja em termos de memória, ou de mostrar potência que existe aqui dentro, seja mostrar a cultura da favela, e não é romantizar a pobreza, não é romantizar a pobreza, é humanizar os moradores de favela, porque através da desumanização deles que a morte deles é naturalizada, então a partir do momento que você humaniza o outro você gera empatia, você gera a ideia que eles têm direito sim à cidade, eles têm direito sim a todo e qualquer direito básico humano, entende? Então eu acho que é isso.

Outra atitude indireta que se pode considerar antirracista são as relações que se criam nessas iniciativas, assim como os incentivos e horizontes vislumbrados nesse processo pelos participantes. Sabrina relatou que seu projeto não tem a intenção de ensinar somente balé, mas de fazer as participantes se verem como capazes de alcançar o que quiserem.

[...] eu levando a eles não só a oportunidade de fazer o balé clássico, mas de eles entenderem que eles são capazes de alcançar o que eles quiserem fora e dentro da favela, sem que nada pare eles. Meu objetivo é alcançar muito mais as mulheres e meninas.

Não por acaso, os entrevistados disseram que foi nos projetos e nas ONG que conseguiram alcançar uma educação com maior qualidade ou construir perspectivas diferentes das que são impostas para o povo pobre, preto e favelado. Essas iniciativas e organizações, que aqui estão sendo nomeadas de agentes sociais, foram concebidas a partir das necessidades locais, e iniciadas por moradores, e isso faz toda a diferença, pois é uma construção feita por aqueles que vivenciam as mesmas dificuldades, necessidades, e que enfrentam as mesmas questões. Logo, são projetos feitos com os moradores e para eles diretamente.

Além das violações e violências citadas na educação e saúde, no processo de pesquisa surgiram outras. Como o campo foi realizado durante a pandemia de COVID-19, fez-se necessária uma seção específica para esse momento que reconfigurou diversos cenários e intensificou a política de morte.

5.3 PANDEMIA

No dia 11 de março de 2020, a OMS fez uma declaração, caracterizando a COVID-19, doença causada pelo Sars-CoV-2, como uma pandemia. Diante disso, medidas restritivas começaram a ser criadas e intensificadas pelo governo federal e estadual.

As medidas, que inicialmente foram de 15 dias, suspenderam as atividades coletivas e presenciais como aulas, atividades culturais e esportivas. Nos serviços não essenciais, passou a ser adotada a forma de trabalho remota. Os horários comerciais foram alterados, na tentativa de diminuir o fluxo de pessoas na rua. Aos poucos, restrições foram se estendendo para mais dias. O medo e a incerteza do que seria do futuro foi tomando conta de muita gente, mas nas favelas e periferias da cidade, considerando sua vulnerabilização e situação de saúde antes mesmo da pandemia, o fato assumiu um contorno bastante dramático.

Os moradores desses territórios começaram a ser demitidos dos seus empregos, e muitos dos que trabalhavam como autônomos perderam sua renda em função das restrições impostas ou porque as demandas por determinados serviços diminuíram. Este foi, por exemplo, o caso das mulheres prestadoras de serviços domésticos, dispensadas sem que os patrões mantivessem seus salários ou suas diárias. Vale ressaltar que a primeira morte pela COVID-19 no Rio de Janeiro foi de uma mulher de 63 anos, prestadora de serviços domésticos, que adquiriu o vírus de sua patroa que havia viajado para fora do país⁴. O ocorrido foi uma pequena amostra de quem estaria mais vulnerável nesse momento pandêmico, pessoas pretas, pobres e periféricas.

A insegurança em relação à moradia e alimentação se instalou, e aumentava o número daqueles que eram atingidos pela fome. O contingente de pessoas vulneráveis só aumentava, bem como cresciam os óbitos e os casos de contaminação pelo novo coronavírus.

Uma multiplicidade de questões foi observada ao longo da pesquisa, pois, no início, a intenção era conhecer as ações desenvolvidas por coletivos e organizações locais frente à violência operada pelo Estado. No meio do processo, ao entrar em campo, verificou-se não

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2021.

apenas a violência enfocada na proposta original da pesquisa, mas também os efeitos da pandemia no cotidiano dos moradores.

Foram os agentes sociais da favela que, antes de qualquer ação governamental, buscaram enfrentar a fome, a falta de produtos de higiene e limpeza, ao mesmo tempo que incrementavam a circulação de informação adequada à realidade do território junto aos moradores.

Quando se iniciaram as suspensões das atividades em decorrência da pandemia, toda a vida da favela, e nesse caso do Complexo da Maré, que se expressa pelo vai e vem de pessoas, carros, motos e música, foi diminuindo aos poucos, e um momento de tensão e silenciamento foi se apropriando desse espaço. O silêncio na favela só ocorre quando ela está oprimida e com medo. Geralmente, o silêncio se expressa em dias de operações policiais, e é quebrado apenas pelo ronco do caveirão rondando as ruas, e pelas rajadas das armas. Mas dessa vez o medo dos favelados veio de uma forma diferente. Foi o medo de adoecer e não conseguir atendimento. Foi o medo de perder sua renda e não ter o que comer. Foi o medo de morrer.

Nos três primeiros meses, houve mais pessoas utilizando máscaras na rua, nos mercados, farmácias e outros estabelecimentos, que exigiam o uso da máscara e disponibilizavam álcool em gel. Em algumas favelas do Complexo, os eventos festivos, como os bailes *funk*, ficaram suspensos, e as feiras livres de frutas e legumes também. Das instituições públicas, somente as unidades de saúde e de assistência ficaram abertas, e as instituições locais, principalmente as não governamentais, fecharam para os seus trabalhos habituais, mas continuaram atuando para divulgar informação e distribuir insumos básicos. Coletivos se uniram e formaram novos, a fim de somar forças para auxiliar a população. E algumas igrejas fecharam para celebrações, mas abriram as portas quando alguém chegava pedindo algum tipo de ajuda.

É fundamental salientar que, no início da pandemia, as operações policiais no território não cessaram. Contudo, devido à pressão de diversos coletivos e movimentos sociais de favelas, com apoio de organizações de direitos humanos, em junho de 2020, o ministro Edson Fachin, do STF, decretou a suspensão de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia, salvo em casos absolutamente excepcionais, que deveriam ser justificados por escrito ao Ministério Público pela autoridade competente. Essa medida ocorreu no âmbito da Tutela Provisória Incidental na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 Rio de Janeiro (BRASIL, 2021). Entretanto, embora tenham diminuído as operações policiais (e conseqüentemente as mortes de moradores de favelas) nos quatro primeiros meses da decisão do STF, no mês de outubro de

2020 já foi constatado novamente o aumento das operações e da letalidade policial, segundo o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos, da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF) (HIRATA *et al.*, 2021).

Nesse processo, foi possível observar uma ação muito forte dos agentes sociais locais, ou seja, organizações ou coletivos de favela. Esses agentes trabalharam sem cessar para que o Complexo da Maré não viesse a sofrer um impacto maior do que já estava vivendo. As iniciativas que participaram da pesquisa estavam concentradas no combate ao novo coronavírus, o que tornou em parte mais difícil o contato com elas.

A igreja, mesmo com as portas fechadas, recebeu muitos pedidos de alimentos no WhatsApp dos membros ou de pessoas que foram diretamente na porta da igreja. A organização chegou a distribuir 10 vezes mais cestas do que distribuía antes da pandemia, conseguindo ajudar 70 famílias por mês durante seis meses, com alimentos, produtos de higiene e limpeza.

O coletivo que se reuniu para realizar comunicação comunitária no período da pandemia foi percebendo que, além da informação, as pessoas estavam precisando de alimentos, pois a fome se instalava. Diante disso, começaram a busca de doações e editais para a doação de insumos básicos à população, a fim de alcançar as famílias mais vulneráveis. Ademais, alugaram carros de som para divulgar informações básicas de prevenção à COVID-19 – esta foi uma estratégia que escolheram adotar, pois o som transpõe barreiras, escolaridades e idades.

A ONG também esteve envolvida na distribuição de cestas básicas e teve um trabalho expressivo na divulgação de prevenção ao novo coronavírus, tanto em suas redes sociais, como nas ruas das favelas com afixação de cartazes. Mas chama atenção que, apesar de essa instituição ter alguns polos, somente dois ficaram abertos inicialmente, um para o depósito das cestas e outro para a preparação de alimentos. Esses dois polos distribuíram diariamente cestas básicas, e quentinhas para pessoas em situação de rua. O polo de preparação e alimentos se manteve em funcionamento para auxiliar na segurança alimentar, e porque, em algumas situações, as pessoas não conseguiam falar por telefone, principalmente as mulheres, muitas das quais se encontravam em situação de violência doméstica, e precisavam de um espaço presencial e seguro para falarem de suas questões. Além disso, muitas apresentavam a necessidade de obter informações diversas, como a respeito de benefícios sociais, retirada de documentação, e orientações em saúde.

As três iniciativas tinham uma equipe multiprofissional, atuando de forma voluntária ou remunerada, e em sua maioria eram mulheres, que atendiam às necessidades mais urgentes

de moradores. Os pedidos de informações eram diversos, por exemplo, perguntavam como acessar os serviços públicos que estavam com horários reduzidos ou fechados nesse período. Alguns serviços, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), funcionavam com horário reduzido; outros, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estavam com as agências fechadas, e só funcionavam de forma remota. Porém, para boa parte da população, o acesso remoto trouxe dificuldades, seja pela precariedade ou falta da internet, seja pelas dificuldades de lidar com as plataformas e aplicativos das instituições públicas. Nesse sentido, o papel dos agentes sociais acompanhados foi fundamental no apoio aos moradores para que estes pudessem ter acesso às informações e garantir direitos, como o auxílio emergencial.

Constatou-se, ainda, que esses agentes sociais priorizaram o contato com os moradores a partir da via remota, a fim de diminuir os riscos do contato presencial. Não obstante, em casos excepcionais, era necessário recorrer ao contato presencial diante das dificuldades do morador ou moradora.

Quando as flexibilizações foram ocorrendo por iniciativa do governo estadual e/ou municipal e as atividades foram retornando, observou-se uma diminuição significativa de doações. Apesar disso, a maioria dos agentes sociais acompanhados permaneceu em algumas frentes de ação, até o final do ano, mesmo que não diretamente na distribuição de cestas.

Já era de se imaginar que no cenário da favela seria difícil seguir à risca todas as indicações das autoridades, tanto pela grande quantidade de trabalhadores informais que não conseguiriam estar por muito tempo isolados em casa, como pela falta de infraestrutura das casas, que não possibilitava um grande distanciamento quando alguém estava contaminado, ou muitas vezes nenhum tipo de distanciamento. Outro fator foi a impossibilidade de fechamento ou redução dos horários do comércio, visto que a favela tem uma economia local muito forte, mas constituída, em grande parte, por trabalhadores informais, que não foram alcançados pelas políticas emergenciais. Assim, o cenário foi e ainda é pouco propício para as indicações como diminuição de circulação, fechamento do comércio, entre outros cuidados necessários no combate ao novo coronavírus, pois antes de ter medo de morrer de um vírus, as pessoas têm medo de morrer de fome. Desse modo, todas as ações dos agentes citados foram em busca de diminuir o impacto e o risco da população; todas trabalharam com segurança alimentar e investiram em itens de proteção direta como distribuição de álcool em gel e máscaras.

Vale notar que as posturas políticas negacionistas incentivaram a população a retornar a uma vida “normal”. Não só na favela, mas no Brasil como um todo, as pessoas começaram a

utilizar menos a máscara e a se locomover como faziam antes da pandemia, aglomerando-se em bares, praças, festas e outros ambientes. A atuação do governo federal, com sua postura negacionista e gestão desorganizada da crise sanitária e de seus efeitos econômicos, concorreu para que as medidas de proteção, tais como o uso de máscara, álcool gel e o distanciamento, fossem abandonadas antes mesmo de serem incorporadas no cotidiano da população. O fato se deu sem que houvesse o controle do vírus ou uma diminuição significativa do número de óbitos.

Segundo Flávia, voluntária do coletivo, o negacionismo gerou uma mudança nítida no comportamento dos moradores.

[...] só que conforme foi se batendo na tecla do negacionismo, as coisas foram esfriando, é que foi se banalizando, e aquilo foi se perdendo, então boa parte das pessoas passaram a chutar o balde, eu sinto que nos dois, três meses a favela seguiu sim uma quarentena, as lojas fecharam, o uso de máscaras era assim, as pessoas não saíram de casa, havia meia porta, não havia baile, então assim, nesse início houve sim uma reação, só que a reação teria sido melhor se o presidente tivesse confirmado e tivesse feito um discurso “fique em casa, se cuide, lava a mão, esse vírus é perigoso e a gente não conhece”, só que ele não fez, ele não fez.

Vivian, voluntária do mesmo coletivo, relatou o quanto o momento político afetou a situação. Segundo ela: “quando Bolsonaro falava uma *fake news*, a gente já fazia uma comunicação dizendo que era mentira do Bolsonaro, então tudo isso dava muito trabalho, né, e, além disso, quando começa essa comunicação, começa a galera pedindo comida”.

Com esse cenário, um fato se evidenciou: o esgotamento mental dos que estavam trabalhando na linha de frente, tentando suprir direitos básicos que, especialmente neste período de pandemia, estão sendo violados pelo Estado; e de muitos moradores, que experimentaram as várias dimensões e impactos da pandemia, de forma dramática.

Em relação aos que trabalharam nessa linha de frente, Vivian que atuou pelo coletivo falou sobre o seu esgotamento mental que esse período proporcionou:

[...] até hoje eu não consegui me recuperar, eu falo de cansaço mesmo mental, cansaço físico, cansaço emocional também, desgaste, tendo que lidar com a casa, tendo que lidar com os meus estudos, tendo que lidar com os meus dois trabalhos, eu precisava separar o horário do meu próprio trabalho, trabalho em dois lugares.

Rita, também participante do coletivo, contou como sua rotina foi atravessada pela intensificação de multitarefas nesse período.

[...] era bem intensa porque eu me desdobrava entre a faculdade, eu tinha aula de manhã e eu tinha aula à noite, aí tinha o meu trabalho mesmo, eu era estagiária em

uma instituição, estou de *home office*, então eu ficava assim alternando as telas do computador, uma hora eu estava escrevendo um projeto, outra hora lançando lá as entradas que tinham de doações, outra hora eu estava fazendo o meu trabalho, aí tinha uma criança para eu cuidar, enfim foi uma rotina muito, muito, muito... eu falava: “gente eu acho que vou precisar de apoio psicológico quando terminar [...] porque está muito intenso”.

Pelo menos dois desses interlocutores de pesquisa relataram terem priorizado, nas flexibilizações, as atividades voltadas para a saúde mental, retomando as atividades que já tinham ou organizando novas frentes relacionadas ao tema.

De acordo com Camila, a igreja priorizou o retorno da atividade física e do atendimento psicológico por serem atividades que auxiliariam as pessoas a lidarem com a pandemia.

[...] acabou que o pré-vestibular interrompeu as suas aulas por conta da pandemia, tentou ficar on-line um período, mas acho que não durou nem um mês, né. O treino funcional também voltou em setembro. O balé não voltou, porque são crianças em sua maioria. As escolas estão voltando agora, e o balé a gente achou por bem não voltar. O yoga também, só para o ano que vem. E psicologia, que voltou por conta da demanda, né, não dá para ficar sem. Pré-vestibular só ano que vem mesmo.

Sofia colocou que, no período da pandemia, a ONG conseguiu uma parceria para atendimento em saúde mental para as mulheres, e que tal feito se mostrou importante nesse período, pois houve um aumento de pedidos de atendimento.

[...] hoje [...] é cenário da residência, todo semestre a gente recebe multiprofissionais para fazer acolhimento em saúde mental aqui na casa, e isso aí voltando naquela história de sempre, não é um projeto que a gente inventou, é muito porque a partir da nossa própria experiência e perceber que essa demanda é muito grande, e que aumentou mais ainda durante essa pandemia do coronavírus, mulheres pedindo atendimento psicológico, e a gente não tem pernas para oferecer atendimento psicológico, e não tem política pública para encaminhar, então foi uma estratégia também de trazer o serviço público pra cá de alguma forma, pra pensar e produzir conhecimento mesmo, sobre isso, né, começa a pautar a saúde mental das mulheres assim, em contextos de violência, várias violências baseadas em gênero.

Impactos objetivos e subjetivos ocorreram nesse período. Questões econômicas e sociais se intensificaram, assim como a fome. Já há mais de um ano desde o início da pandemia, o Brasil passou de 500 mil mortes, ficando de forma recorrente em primeiro lugar em número de mortes diárias no mundo. A vacinação tem sido lenta, o que agrava a situação, pois novas variantes do vírus chegaram ao país. Observou-se, em alguns meses de 2021, um crescimento assustador da internação hospitalar e fila para Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), bem como a eminente falta de medicamentos para tratamento dos internados.

No cenário pandêmico, a necropolítica se impôs de maneira cruel sobre os que tinham menos recursos para enfrentar a pandemia, como os moradores das favelas e periferias. Pobre não tem direito à quarentena – foi o debate levantado por diversos ativistas e estudiosos do tema –, pela falta de água que muitas comunidades sofrem, sem o direito de poder sequer lavar as mãos para se prevenir, ou pela enorme quantidade de trabalhadores informais que atuam ou moram nesses territórios e que não podem trabalhar. Muitos são os que trabalham durante o dia para levar o sustento à noite para suas famílias, e muitos são os que já passam fome. Se não fossem as iniciativas locais, como as dos agentes desta pesquisa, o cenário teria sido devastador. Em muitas favelas do Rio de Janeiro, se não fosse o “nós por nós”, muitos já não estariam vivos.

5.4 MULHERES

No trabalho de campo, alguns fatos se destacaram, entre eles o número de mulheres entrevistadas. A quantidade de homens foi menor devido à falta de retorno ao contato realizado e porque menos homens participavam das iniciativas locais pesquisadas. As mulheres tiveram maior disponibilidade para participação na pesquisa; quase todas as convidadas aceitaram conceder entrevista. Estas estão em maior número não só nas iniciativas, mas de maneira geral na Maré.

As mulheres foram peças fundamentais na história das favelas no Rio de Janeiro, pois sempre lutaram por melhorias. Na década de 1970, elas se mobilizaram e se organizaram a partir das associações de moradores, grupos religiosos ou de modo autônomo, buscando melhorias nas condições de vida. Na Maré não foi diferente: lutaram na década de 1980 por creches, escolas, saneamento básico, entre outras necessidades da população (CUNHA, 2005; CUNHA; VALLA, 1999; KRENZINGER *et al.*, 2018).

Atualmente, as mulheres continuam atuando de forma expressiva no enfrentamento da necropolítica. Não por acaso, elas têm se apresentado mais esgotadas, pois, além de lutarem no dia a dia por melhores condições de vida, ainda são as principais responsáveis pelo cuidado, na vida privada ou no ambiente de trabalho⁵. As mulheres estão sempre em multitarefas em casa, no trabalho, nos estudos, no cuidado da família, dos filhos, na maioria das vezes, realizando todas essas atividades ao mesmo tempo. A elas é reservada uma dupla

⁵ A este respeito, é relevante chamar atenção para a feminização da força de trabalho na saúde e na assistência social, processo que se ampliou durante a pandemia, sobrecarregando ainda mais as mulheres – em especial as mulheres moradoras de favelas e periferias (MATOS, 2021).

jornada, e acabam por trabalhar em média quatro horas a mais por semana que os homens. Todo esse contexto influencia a vida das mulheres de muitas maneiras (MORGADO *et al.*, 2018).

Todos os agentes sociais abordaram o tema mulher de alguma maneira, inclusive uma das iniciativas pesquisadas, a ONG, era um serviço voltado para elas. Inicialmente, a escolha da ONG não foi intencional, mas sim por ser um dos polos abertos no momento do campo. Porém, no decorrer da pesquisa, falar sobre as mulheres foi se tornando essencial e necessário, assim como foi a construção do serviço da ONG direcionado a elas. Segundo Sofia, a criação de um serviço voltado para as mulheres ocorreu porque:

[...] existe algo de importante nas mulheres, e é importante fazer projeto direcionado para esse público em específico, então [...] surge muito a partir disso, na maior parte da direção [...] é de mulheres, né, a gente hoje tem quatro pessoas na direção, um é homem e três são mulheres, e mais de 80% das pessoas que trabalham [...] são mulheres, e mais de 80% do público que é atendido [...] é de mulher, então assim [...] surge muito a partir disso assim, são mulheres observando essa realidade, então tem esse olhar, né, e percebendo o quanto as mulheres aqui na Maré protagonizam histórias de melhorias na Maré, né, então era um sonho antigo [...] foi criada há quatro anos, em 2016, mas a vontade de ela existir é muito anterior, então [...] surgiu com a proposta de fomentar esse protagonismo, né, criar um espaço seguro para elas, que elas possam cuidar de si, cuidar do outro, que elas possam falar de coisas que elas não se sentem à vontade para falar em outros lugares, enfim, é um pouco assim que surge.

A unidade voltada para as mulheres dessa ONG tem orientação sociojurídica e psicossocial, para que elas saibam onde acessar seus direitos. Também há cursos profissionalizantes para auxiliá-las a alcançarem certa independência financeira.

Um serviço direcionado às mulheres em um contexto de favela se torna essencial, pois as mulheres já sofrem violências na sociedade patriarcal de maneira geral. Em uma pesquisa realizada por Krenziger *et al.* (2018) sobre violência de gênero na Maré, observou-se que nos espaços privados foi recorrente o relato de violências ao longo da vida. Os relatos sobre infância e adolescência foram marcados pelo abandono e pela exploração por parte de familiares, pais e padrastos. Já na vida adulta se expressou a violência ocasionada em relacionamentos com parceiros íntimos – física, verbal, psicológica, dentre outras.

Somando-se a essas violências que muitas mulheres passam, na favela elas sofrem outros atravessamentos muito particulares, como, por exemplo, a impossibilidade de poder contar com dispositivos públicos para denúncia e acolhimento. Experenciam, ainda, medos muito particulares quando há abordagens policiais, como o medo de serem assediadas ou violentadas durante as incursões nos domicílios, ou de algo ocorrer aos seus filhos e

companheiros, pois, nas operações em que ocorrem assassinatos, as vítimas não são apenas os que morrem, mas toda a família da vítima, sobretudo as mães.

Apesar de não ser tema que tenha surgido neste processo de pesquisa, vale ressaltar o protagonismo e a importância do trabalho construído pelas mães que perderam seus filhos em decorrência dos conflitos armados nas favelas. Estas se reúnem em coletivos e compartilham suas dores, buscam justiça pelas mortes não esclarecidas e menos ainda ressarcidas adequadamente pelo Estado. Além da luta, elas contribuem para uma leitura crítica do que vivem e se apropriam de instrumentos jurídicos e políticos para a sua luta (CRUZ, 2020; VIANNA; FARIAS, 2011; TELLES; AROUCA; SANTIAGO, 2018).

Todo esse cenário de luta coletiva, histórica e atual, que perpassa território, direitos, acesso a serviços básicos, entre outros, esteve muito presente no processo de pesquisa, não só pelo protagonismo do trabalho feminino, mas também pelo impacto observado na vida das mulheres no período pandêmico.

As mulheres têm um grande protagonismo na responsabilidade financeira familiar. O censo de 2019, da Redes de Desenvolvimento da Maré, as mulheres apresentavam-se em 30,3% como única ou principal responsável pelo sustento da família. Nesse período da pandemia, foi perceptível, ao andar pelas ruas da Maré, o aumento de barracas com mulheres à frente, vendendo doces ou salgados, o desemprego, pois a impossibilidade de sair para trabalhar fora do território fez com que mais mulheres tentassem alguma fonte alternativa de renda. Para Ana, profissional da ONG, a questão da insegurança alimentar atinge diretamente as mulheres.

[...] população da Maré é de mulheres chefes de família, responsável única financeira do território, né, um dado mais ou menos esse, mas quando você vai pensar exatamente hoje essa insegurança alimentar, né, vai ter vários indicadores, e esses indicadores estão ligados, por exemplo, você come todos os dias?, se você não come todos os dias, você tem dias na semana que você não come?, as pessoas da sua casa comem todo dia?, são crianças, elas comem todo dia?, você vai vendo que as crianças comem todo dia, e a mulher vai abrindo mão exatamente dessa questão fisiológica que é a questão de comer, para os filhos, para garantir para os filhos, essa ação de se alimentar assim, né, então essa questão financeira, né, marca muito a questão da mulher, porque quando a gente está falando dessas vulnerabilidades, desse papel do pai, e da mãe, desse papel, é fácil ser pai, difícil é ser mãe mesmo, exatamente porque a mãe tá ali, permanece, e vai abrindo mão [...] vai abrindo mão das suas necessidades fisiológicas de se alimentar pra privilegiar o filho.

Não só a insegurança alimentar atingiu as mulheres nesse período, acrescentou Vivian do coletivo, como outras questões também levavam as mulheres a buscarem ajuda:

[...] vinha mulher que estava com problema de saúde mental, aí vinha outras mulheres que haviam sido espancadas em casa pelo marido, aí a gente fazia uma campanha contra a violência doméstica na favela, enfim, tudo ao mesmo tempo, tudo relacionado também à pandemia, às consequências da pandemia e [...] e aí, vinha gente pedindo ajuda porque tinha alguém com coronavírus, precisava levar ao hospital e não tinha carro pra levar ao hospital, aí a gente conseguia um carro.

Muitas questões atingiram as mulheres da favela, e com isso, uma demanda que já era presente se tornou mais expressiva, a de saúde mental. Na opinião de Sofia, o direito à saúde mental é fundamental, mais ainda frente a uma emergência sanitária.

[...] o direito à saúde mental, o acesso a uma psicóloga deveria ser um direito universal, né, que ele é importante em qualquer lugar, não só para determinada parcela da sociedade, então eu acho que sim, que é algo muito solicitado, e que isso cresceu muito durante a pandemia, o que é mais preocupante ainda, porque durante a pandemia as possibilidades de parceria se reduziram mais ainda, né.

Outra profissional, Ana, da mesma iniciativa, também afirmou o quanto essa necessidade cresceu nesse período, e acrescentou que outras faixas etárias começaram a solicitar atendimento.

[...] o público que mais atinge são mulheres adultas, mas nesse momento da pandemia se modificou, chegaram algumas jovens, né, procurando atendimento psicológico por ansiedade. Também aconteceu muito que as mães falaram que os filhos precisavam de acompanhamento.

As mulheres no período da pandemia ficaram mais sobrecarregadas do que antes, visto que não tinham as instituições para dividir as tarefas diárias de cuidado, como a creche e a escola. Assim, além de darem conta do sustento familiar, tiveram que cuidar dos seus filhos em tempo integral e auxiliá-los nas tarefas escolares, porém com muitas limitações, porque às vezes as escolas mandavam materiais que precisavam ser impressos, e elas não tinham como imprimir em casa nem dinheiro para imprimir na rua. Outras não tinham internet em casa para conseguir acompanhar o que estava sendo ofertado. A maioria delas relatou que acompanhavam as atividades pelo celular, pois não tinham computador.

Uma infinidade de dificuldades e desafios ocorreu nesse período na vida das mulheres da favela, e continuam a ocorrer. Em vista disso, pensar as políticas públicas a partir de raça e gênero se faz urgente, uma vez que a população das favelas, e nesse caso do Complexo da Maré, é composta majoritariamente por mulheres pretas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado nos resultados, os principais desafios para os agentes sociais são a saúde e a educação na Maré. Desafios que os fizeram construir projetos direcionados a esses temas. As respostas criadas a partir das ações coletivas e práticas territoriais mostram a inventividade, a solidariedade e a força de luta que os favelados têm, mas também mostram os limites e a necessidade de políticas públicas.

Na educação, os agentes construíram projetos que, apesar da dificuldade de recrutamento de voluntários ou obtenção de patrocínios, conseguem atuar com qualidade, oferecendo, inclusive, cursos técnicos e o acesso de alunos às faculdades. Porém, na saúde o quadro é diferente, pois não é possível responder às demandas clínicas, que exigem uma atenção especializada. O alcance dessas iniciativas chega à saúde mental, mas é limitado, pois os casos graves necessitam dos serviços públicos, onde o cuidado é feito de forma contínua e particularizada. No entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados, com o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a diminuição de profissionais e da qualidade dos atendimentos, tem sido cada vez mais difícil aos moradores terem acesso a um atendimento adequado.

O desinvestimento e a precarização dos serviços públicos de saúde constituem uma dimensão da política de morte, que atinge os mais pobres e os negros, em especial as mulheres negras. A divisão desigual das atividades domésticas, e a maior responsabilidade das mulheres no cuidado de crianças e idosos, faz com elas tenham menos possibilidades de emprego e renda, sobretudo quando não há creches ou atendimento adequado na saúde. Além disso, a informalidade entre os anos de 2014 e 2017 cresceu mais entre as mulheres, e o desemprego foi maior para as mulheres brancas, mas quase dobrou para as mulheres negras (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Diante disso, a morte não vem somente com o tiro da chamada bala perdida, afinal, na favela a bala tem endereço certo, os moradores também são atingidos nas filas das unidades de saúde, da assistência, nas ruas, dentre tantas outras situações que caracterizam os “mundos de morte”, nos termos de Mbembe (2018). A análise deste autor se conecta à de Almeida (2019), que afirma não ser possível confiar nas instituições quando direitos básicos como saneamento, moradia, saúde e educação estão desmoronando.

A Saúde Pública deve trabalhar em defesa de uma sociedade antirracista, antimachista, e voltar-se cada dia mais para as populações mais atingidas pela necropolítica, em diálogo com os agentes sociais locais que atuam nestes territórios. A proximidade é importante não só

porque esses agentes constroem alternativas para se viver melhor nesses lugares, mas, acima de tudo, para se unirem na luta por um SUS de qualidade, de maneira que os agentes possam responder às demandas em saúde, de forma complementar a partir da arte, dança, música, esporte, entre tantas outras atividades.

O cenário pandêmico mostrou o quanto esses agentes tiveram um trabalho central na favela. Nesse período, as pessoas os procuravam para todos os tipos de demandas no lugar de buscar os serviços públicos. Isso retrata o protagonismo e a relevância da atuação desses atores e, ao mesmo tempo, a falta de acesso e confiança nos serviços públicos pelos moradores.

Por fim, vale pontuar que o foco deste trabalho era ressaltar a importância e o protagonismo dessas organizações, embora sofram críticas históricas abrangentes, pois há muitos questionamentos, principalmente em relação à atuação de igrejas e ONG em territórios de favela. Nesta pesquisa optamos por pensar sobre a potência e a atuação desses agentes, e reconhecer que, apesar de ser notório que não deveriam realizar tais trabalhos, e sim o Estado, se não fossem o trabalho deles, mais pessoas morreriam de fome, de tristeza, de falta de esperança, por falta de educação, de arte e cultura, pois enquanto alguns desejam discutir os problemas para depois tentar solucioná-los, outros, como esses agentes, estão fazendo as duas coisas ao mesmo tempo, criando experiências e aprendizagens únicas, que devem ser valorizadas.

Durante a pesquisa, não foi possível explorar o impacto das atividades desenvolvidas pelas iniciativas pesquisadas na vida dos que participam dos projetos. Entende-se que seria um importante tema a ser explorado em futuras pesquisas em Saúde Pública, haja vista o impacto que tais atividades apresentam na vida e na saúde das pessoas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução: Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUDELO, S. F. La violencia: un problema de salud pública que se agrava en la región. **Boletín Epidemiológico de la OPS**, [s. l.], v. 11, n. 2, 11, p. 1-7, 1990. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/32605>. Acesso em: 10 maio 2021.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais/Coordenação Djamilia Ribeiro).
- BARROS, R. **Urbanização e “pacificação” em Manguinhos**: um olhar etnográfico sobre sociabilidade e ações de governo. 2016. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BOLETIM DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento da Maré, 2017. Anual. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica_2017.pdf. Acesso: 25 mar. 2020.
- BOLETIM DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento da Maré, 2018. Anual. Disponível em: <https://redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica2018.final.pdf>. Acesso: 25 mar. 2020.
- BOLETIM DE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento da Maré, 2019. Anual. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica_2019.pdf. Acesso: 27 mar. 2020.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUENO, S; CERQUEIRA, D; LIMA, R. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. Disponível em: https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/lima_-_sob_fogo_cruzado_ii_-_letalidade_da_acao_policial.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ZALUAR, A; ALVITO, M (org.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BURGOS, M. Favela: uma forma de luta pelo direito a cidade. *In*: MELLO, M. A. S. *et al.* (org.). **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tutela Provisória Incidental na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 Rio de Janeiro, de 26 de junho de 2021**. Suspensão de operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a pandemia. Brasília, DF: STF, 2021. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF635DECISA05DEJUNHODE20202.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRITTEN, N. Entrevistas qualitativas. *In*: POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Tradução: Ananyr Porto Fajardo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 172 p.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado”**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 29, p. 285-308, 2013. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo29.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

CELLARD, A. Análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CÉSAR, C. C. M. **Estratégia de saúde da família em território conflagrado pela violência armada: o desafio das ações de promoção da saúde no Complexo da Maré**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18934>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 59-62, 13 jun. 2013. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 7 ago. 2020.

COSTA, V. C.; CUNHA, M. B. O crack em Manguinhos: a experiência de agentes sociais do território. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. esp. 8, p. 25-35, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JBNcwnTTcpJh5qMgpPfgfRw/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2021.

COUTO, M. Violência: o Complexo da Maré em 5 gráficos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 maio 2017. <https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/violencia-o-complexo-da-mare-em-5-graficos.html>

CRUZ, M. C. **Aqui a bala come, não tem aviso prévio**: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CUNHA, M. B. **Nos desencontros e fronteiras**: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, M. B. *et al.* O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 33, p. 95-122, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_3_Cunha_Porto_Pivetta.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CUNHA, M. B.; PINHEIRO, A. Uma nova configuração da participação popular: o caso do movimento Juntos pelo Complexo. *In*: PIVETTA, F. *et al.* (org.). **Leituras sobre políticas públicas**: o PAC Favelas como mirante de observação. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2018.

CUNHA, M. B.; VALLA, V. V. (org.). **Conhecendo a região da Leopoldina**: algumas iniciativas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz/CEPEL, 1999.

DESLAURIES, J. P.; KERISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. **Austeridade e retrocesso**: impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil Debate; Fundação Friedrich Ebert, 2018. v. 1.

FARIAS, J. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

FARIAS, J. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso: 3 ago. 2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GALPÃO BELA MARÉ. **MARÉCOMPLEXO / AMARÉSIMPLES**. Rio de Janeiro, 8 abr. 2021. Facebook: Galpão Bela Maré. Disponível em: <https://www.facebook.com/GalpaoBelaMare/posts/3829352450495208/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GIANNOTTI, C. S. **Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**: uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: NPC, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, M.; MONKEN, M. O uso do território na atenção primária de saúde. In: MENDONÇA, M. H. M. *et al.* (org.). **Atenção primária à saúde no Brasil**: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HIRATA, D. *et al.* **Operações policiais e violência letal no Rio de Janeiro**: os impactos da ADPF 635 na defesa da vida. Rio de Janeiro: GENI /UFF, 2021. Relatório de pesquisa. Disponível em: http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/04/Relatorio-audiencia_balanco_final_22_03_2021-1.pdf. Acesso em: 2 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

KARAM, M. Legislação brasileira sobre drogas: história recente: a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (org.). **Avessos do prazer**: drogas, aids e direitos humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

KARAM, M. L. Proibição às drogas e violação a direitos fundamentais. **RBEC**, Belo Horizonte, v. 7, n. 25, p. 169-189, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/6402>. Acesso em: 30 maio 2021.

KRENZINGER, M. *et al.* (org.). Violência contra mulheres da(s) Maré(s): considerações gerais da pesquisa e seus impactos. In: KRENZINGER, M. *et al.* (org.). **Dores que libertam**: falas de mulheres da Maré, no Rio de Janeiro, sobre violências. Curitiba: Appris, 2018.

LEITE, M. P. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. **Rev. bras. segur. pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 374-389, ago./set. 2012. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/storage/revista_11.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

LEITE, M. P. Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia pacificadora e gestão de territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 625-642, out./nov./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7270>. Acesso em: 9 ago. 2021.

LEITE, M. P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **RBCS**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/BRbmWwYmCqzh9jrmHh7x8qf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2020.

MACHADO, E. P.; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5785>. Acesso em: 9 set. 2020.

MACHADO, M.; MARIZ, C. Religião e o combate ao consumo de drogas no Brasil: análise de discursos de lideranças pentecostais e católicos carismáticos. *In*: VASCONCELOS, E. M.; LIMA, R. C. C. (org.). **Religiões e o paradoxo apoio social intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas**. São Paulo: Hucitec, 2019.

MARTINS, G. **Militarização e censura**: a luta por liberdade de expressão na favela da Maré. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2019.

MATOS, M. Pandemia COVID-19 e as mulheres. *In*: GROSSI, M.; TONIOL, R. (org.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENEZES, P. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; EDINILSA, S. Os múltiplos tentáculos da violência que afeta a saúde. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. (org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI**: visão da literatura brasileira do campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos (Online)**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, nov. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/S9RRyMW6Ms56S9CzkdGKvmK/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 17 out. 2020.

MONTEIRO, J.; ROCHA, R. Drug battles and school achievement: evidence from Rio de Janeiro’s favelas. **The Review of Economics and Statistics, MIT Press**, [s. l.], v. 99, n. 2, p. 213-228, May 2016.

MORGADO, R. *et al.* Violências contra as mulheres no Brasil: formas de enfrentamento. *In*: KRENZINGER, M. *et al.* (org.). **Dores que libertam**: falas de mulheres da Maré, no Rio de Janeiro, sobre violências. Curitiba: Appris, 2018.

NASCIMENTO, R. Corpo, território e cidadania: a importância das favelas e espaços populares na construção de políticas sobre drogas. *In*: HILGERS, T.; BARBOSA, J. R. (org.). **Identidade, territórios e política em contextos de violência na América Latina**. Canadá: Universidade de Concórdia/ Observatório de Favelas; Rio de Janeiro: Editora Observatório de Favelas, 2017. p. 186-200.

PASSOS, E. H. S.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/?lang=pt#>. Acesso em: 8 maio 2021.

POPE, C.; MAYS, N. Métodos qualitativos na pesquisa em saúde. *In*: POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Tradução: Ananyr Porto Fajardo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 172 p.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, [2019]. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

RIBEIRO, C.; DIAS, R.; CARVALHO, S. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: o caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). *In*: JUSTIÇA GLOBAL. **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. p. 6-15. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Relatorio_Milicias_completo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

RIBEIRO, W. S. *et al.* Exposição à violência e problemas de saúde mental em países em desenvolvimento: uma revisão da literatura. **Brazilian Journal of Psychiatry**, São Paulo, v. 31, suppl. 2, p. 49-57, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/NXwXSNY6XrmvJ57gzHwst5c/?lang=pt#>. Acesso em: 30 mar. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Letalidade policial no Rio de Janeiro em 10 pontos**. Rio de Janeiro: MPRJ, [2020?]. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/centro-de-pesquisas/letalidade-policial-rj>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROCHA, S. V. *et al.* Prevalência de transtornos mentais comuns entre residentes em áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 630-640, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/5JqHNWdHrmX3s3Lzbpg9XDy/?lang=pt#>. Acesso em: 5 jul. 2021.

RODRIGUES, T. Narcotráfico: um esboço histórico. *In*: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H.; GONÇALVES, A. L. (ed.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

SANTOS, M. Território y movimientos sociales. **Debates**, [s. l.], año 6, n. 16, enero/abr. 2005. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdttsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

SCHMID, P. C.; SERPA, O. D. Violência urbana e saúde mental: por narrativas em primeira pessoa. *Physis* (Rio J., Online), Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e290313, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/VXRdhJs7MRVcszrVbf7HPCb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Rev. Saúde Pública**, [s. l.], v. 40, n. esp., p. 112-120, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/DNPkpYFGWCHtGRK7G46gk3D/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, C. R. R. **Maré**: a invenção de um bairro. 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2122/CPDOC2006ClaudiaRoseRibeirodaSilva.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SILVA, I. Favela é cidade (e cidade é favela). **Democracia Viva**, [s. l.], 47. p. 26-38, 2015.

SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/bF6jffXLC7dtKTW6QZnmNrs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SOUZA, P. L. A. **Entre becos e ONGs**: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude. 2017. 340 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

TELLES, A. C.; AROUCA, L.; SANTIAGO, R. **Do # vidas nas favelas importam ao #nós por nós**: a juventude periférica no centro do debate sobre política de drogas. Brasília, DF: Boletim de Análise Político-Institucional, n. 18, dez. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8886>. Acesso em: 19 mar. 2021.

VALENTE, J. L. **UPPs**: governo militarizado e a ideia de pacificação. Rio de Janeiro: Revan, 2016. 192 p.

VALLA, V. V. (org.). **Educação e favela**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VALLA, V. V.; GUIMARÃES, M. B.; LACERDA, A. A busca da saúde integral por meio do trabalho pastoral e dos agentes comunitários numa favela do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 139-154, out. 2006. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/view/13243>. Acesso em: 24 set. 2020.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VERANI, S. **Assassinatos em nome da lei**: uma prática ideológica do direito penal. Rio de Janeiro: Alderbarã, 1996.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ZALUAR, A. Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995. *In*: ACSELRAD, G. (org.). **Avessos do prazer**: drogas, aids e direitos humanos. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
PROFISSIONAIS E MORADORES QUE ATUAM COMO
AGENTES SOCIAIS NO TERRITÓRIO DA MARÉ**

Roteiro para entrevista

Identificação

Entrevista nº:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Agente Social:

Questões:

Primeira parte: O entrevistado

- 1 – Quando você iniciou seu trabalho na Maré? O que te motivou realizá-lo?
- 2 – Há quanto tempo atua nesta organização/coletivo?

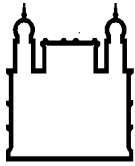
Segunda Parte: A organização

- 3 – Conte um pouco a história desta organização/coletivo (quando foi formada e as razões para criá-la).
- 4 – Quais as atividades realizadas pela organização e coletivo? O público que atingem? E sua frequência?
- 5 – Com quantas pessoas contam? Remunerados? Voluntários?
- 6 – De que forma o trabalho é sustentado financeiramente?
- 7 – Existe alguma articulação com as instituições públicas de educação, saúde, entre outras?
- 8 – Articulação com instituições externas? De outras favelas? Da sociedade?

Terceira Parte:

- 9 – Quais as principais demandas dos moradores? De que forma é possível respondê-las?
- 10 – Na sua opinião, quais as maiores dificuldades e potencialidades do território?
- 11 – Houve ações voltadas para a população com o advento da pandemia da COVID-19?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA PRESENCIAL



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – entrevista presencial

Ações coletivas e práticas territoriais na favela frente à necropolítica do Estado.

Pesquisadora: Fernanda Vieira Alves de Andrade

Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Você está sendo convidado(a), para participar de uma pesquisa sobre ações coletivas e práticas territoriais na favela frente à necropolítica do Estado, que está sendo desenvolvida por mim, Fernanda Vieira Alves de Andrade, no Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Marize Bastos da Cunha, e coorientação da Professora Dra. Juliana de Farias Mello e Lima.

O objetivo desta pesquisa é compreender como o território da favela, e neste caso a Favela da Maré, atua a partir de ações coletivas e práticas territoriais realizadas pelos agentes sociais em resposta às políticas estatais de violência e morte, que se intensificaram nas últimas décadas.

O convite para a participação de sua instituição deve-se ao fato de ela atuar no território da Maré, em atividades voltadas para a educação, saúde e cultura. A sua participação consiste em responder perguntas a partir de um roteiro de entrevista a ser realizado pela pesquisadora, com duração máxima de duas horas. Caso se sinta desconfortável por algum motivo e queira mudar de ideia, poderá retirar sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou sanção.

Sua participação é voluntária, não inclui nenhum tipo de remuneração, de maneira que está livre para retirar este consentimento e deixar de participar do estudo em qualquer

momento. Cabe informar que você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida deixar de participar, assim como se houver algum dano decorrente da pesquisa, você tem o direito de buscar indenização, por meio das vias judiciais.

A entrevista será gravada em áudio, e posteriormente transcrita, em função do pequeno número de participantes, e por sua conhecida atuação no território, não há como garantir o anonimato de sua participação. Contudo, a transcrição do seu depoimento será trabalhada de forma a não causar danos físicos e morais a você. Por isso, não usaremos informações que possam comprometer seu trabalho e sua atuação local. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação da pesquisa. E todo o material, em áudio, bem como a transcrição, serão armazenados em equipamentos com senha de segurança. Durante a entrevista, se algum tema abordado causar desconforto ou constrangimento, você poderá pausá-la a qualquer momento, retornando de onde deseje ou encerrando a entrevista.

Como resultado da pesquisa, espera-se contribuir para maior visibilidade das ações coletivas e práticas territoriais, assim como na ampliação de conhecimento entre os agentes sociais que atuam em diversas frentes de trabalho na Favela da Maré. Após a publicação da dissertação, esta poderá ser apresentada em seminários, congressos, entre outros, mas você participante receberá uma devolutiva de forma individual.

Este documento é feito em duas vias, uma para você e outra para o pesquisador. Como ele consta de mais de uma folha, é fundamental que todas elas sejam rubricadas pelo pesquisador e por você.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ.

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 21041-210. Telefone e Fax: (21) 2598-2863 / E-mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Declaro que entendi os objetivos e condições da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura: _____ Data: _____

(participante da pesquisa)

Fernanda Vieira Alves de Andrade

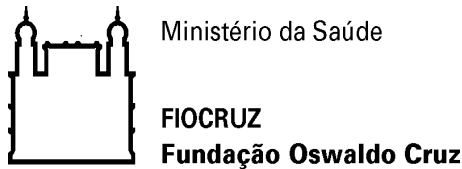
Telefone (21) 992250953 / E-mail: fernandavieirapsi1@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Autorizo a gravação da entrevista.

Não autorizo a gravação da entrevista.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA VIRTUAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – entrevista virtual

Ações coletivas e práticas territoriais na favela frente à necropolítica do Estado.

Pesquisadora: Fernanda Vieira Alves de Andrade

Instituição: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa sobre ações coletivas e práticas territoriais na favela frente à necropolítica do Estado, que está sendo desenvolvida por mim, Fernanda Vieira Alves de Andrade, no Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Professora Dra. Marize Bastos da Cunha, e coorientação da Professora Dra. Juliana de Farias Mello e Lima.

O objetivo desta pesquisa é compreender como o território da favela, e neste caso a Favela da Maré, atua a partir de ações coletivas e práticas territoriais realizadas pelos agentes sociais em resposta às políticas estatais de violência e morte, que se intensificaram nas últimas décadas.

O convite para a participação de sua instituição deve-se ao fato de ela atuar no território da Maré, em atividades voltadas para a educação, saúde e cultura. A sua participação consiste em responder perguntas a partir de um roteiro de entrevista a ser realizado pela pesquisadora, com duração máxima de duas horas. Caso se sinta desconfortável por algum motivo e queira mudar de ideia, poderá retirar sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou sanção.

Sua participação é voluntária, não inclui nenhum tipo de remuneração, de maneira que está livre para retirar este consentimento e deixar de participar do estudo em qualquer

momento. Cabe informar que você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida deixar de participar, assim como, se houver algum dano decorrente da pesquisa, você tem o direito de buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Com a impossibilidade de contatos presenciais, em decorrência da pandemia da COVID-19, a entrevista terá que ser realizada de forma virtual, desta forma se faz necessário a gravação em áudio e vídeo, para constar que você aceitou este termo, e conseqüentemente, a participar da pesquisa. A gravação também servirá como registro para a pesquisadora, a qual irá posteriormente transcrever a entrevista.

Em função do pequeno número de participantes, e por sua conhecida atuação no território, não há como garantir o anonimato de sua participação. Outro risco a ser apontado é o da utilização da comunicação virtual, que apesar das políticas de privacidade e sigilo dos aplicativos, pode haver algum grau de risco de invasão ou hackeamento de informações. Contudo, asseguramos que cuidados serão tomados no meio virtual, recorrendo-se à senha de proteção no uso do aplicativo da entrevista virtual. O material, em áudio e vídeo, assim como sua transcrição, será armazenado com proteção e segurança. Os dados levantados a partir da entrevista serão trabalhados de forma a não causar danos físicos e morais a você, destacando que não usaremos informações que possam comprometer seu trabalho e sua atuação local. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação da pesquisa. Durante a entrevista, se algum tema abordado causar desconforto ou constrangimento, você poderá pausá-la a qualquer momento, retornando de onde deseje ou encerrando a entrevista.

Como resultado da pesquisa, espera-se contribuir para maior visibilidade das ações coletivas e práticas territoriais, assim como na ampliação de conhecimento entre os agentes sociais que atuam em diversas frentes de trabalho na Favela da Maré. Após a publicação da dissertação, esta poderá ser apresentada em seminários, congressos, entre outros, mas você participante receberá uma devolutiva de forma individual.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP

Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ.

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 21041-210. Telefone e Fax: (21) 2598-2863 / E-mail: cep@ensp.fiocruz.br
<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Para que tenha registro das informações aqui prestadas, solicitamos que arquive este documento ou, se possível, que faça a impressão deste termo.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

Fernanda Vieira Alves de Andrade

Telefone: (21) 99225-0953 / E-mail: fernandavieirapsi1@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e condições da minha participação na pesquisa e concordo em participar

Assinatura do participante

Nome do participante:
